

ILUSTRÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES**Ref. Requerimento de Renovação de Outorga (Tempestiva)****Serviço: FM Comercial****Localidade: Frutal/MG**

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, vem, por seu representante legal **Victor Soares Marques Ferreira**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040 respeitosamente, requerer **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para exploração do **serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), canal 235, 98,5Mhz, Classe C, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, por mais 10 (dez) anos.**

Informa que o presente requerimento é devidamente instruído conforme a Portaria nº. 329 de 2.012 e com o rol de documentos indicado no ANEXO II da Portaria.

Quanto ao Laudo de Ensaio do Transmissor, desde já opta por se submeter à vistoria técnica da ANATEL, razão pela qual deixa de apresentar o Laudo e a respectiva ART.

Por fim, requer que eventuais ofícios e comunicações pertinentes a este procedimento sejam encaminhados ao escritório Ribeiro Soares Advogados Associados, aos cuidados do advogado Alexandre Henrique Costa Dias, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 116.918, com endereço na Estrada dos Bandeirantes nº. 1000, Taquara, Rio de Janeiro, Capital – CEP 22.710-112, a quem outorgamos poderes para condução do processo junto ao Ministério das Comunicações, conforme instrumento de mandato em anexo.

Nestes termos,

pede deferimento

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira

MG/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL

Em 06/11/14 às 1

Nome: Larissa Barbosa Gomes



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, na forma do item II do Anexo 2 da Portaria nº. 329 de 2.012, declara que:

(i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada;

(ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;

(iii) nenhum dos sócios integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo serviço de radiodifusão no município de Frutal - MG, nem de outras empresas de radiodifusão em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº. 236 de 1.967.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, na forma do item III do Anexo 2 da Portaria nº. 329 de 2.012, declara que: **somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.**

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, permissionária do serviço de radiodifusão comercial em FM no Município de Frutal - Estado de Minas Gerais, declara, para todos os efeitos que :

- 1) não infringe a vedação prevista no art. 220, §5º da Constituição Federal;
- 2) que atende e cumpre com os valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, conforme o art. 221, inciso IV, da Constituição Federal;
- 3) que atende à finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, conforme o art. 221, inciso II, da Constituição Federal;
- 4) que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 5) que atende e cumpre com as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (art. 220, §4º da Constituição Federal) e legais (Lei nº. 9294/1996);
- 6) que conhece e adere às cláusulas que regulam as relações da permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de renovação seja atendido;
- 7) que atende e cumpre os seguintes percentuais em sua grade de programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas



educacionais, como comprova a cópia da grade de programação em anexo.

8) que o próprio representante é o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

Victor Soares Marques Ferreira



PROCURAÇÃO

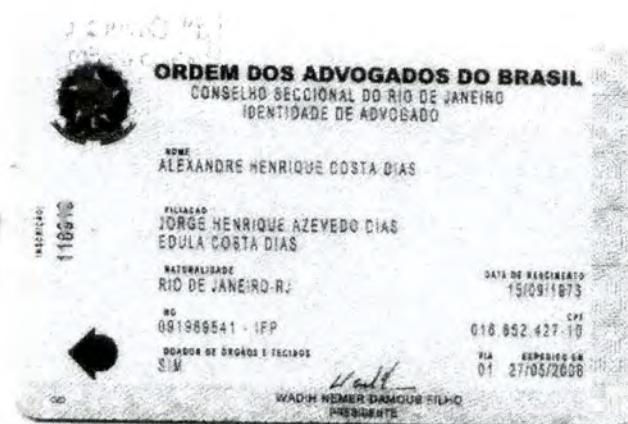
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, vem, por seu representante legal **Victor Soares Marques Ferreira**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), canal 235, 98,5Mhz, Classe C, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, nomeia e constitui como seu advogado **Alexandre Henrique Costa Dias**, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 116.918 e no CPF sob o nº. 016.652.427-10, com escritório na Estrada dos Bandeirantes nº. 1000, Taquara, Rio de Janeiro, RJ, a quem outorga especificamente poderes para **atuar junto ao Ministério das Comunicações no procedimento de Renovação de Outorga**, podendo, para tanto, rubricar e assinar documentos, retirar ou solicitar guias, pagar taxas, requerer correções ou retificações, emitir declarações, peticionar, interpor recursos, receber ofícios e comunicações pela via postal e/ou eletrônica (Sei/CADSEi) praticando, enfim, tudo mais que se faça necessário à renovação da outorga e andamento do respectivo processo.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

Victor Soares Marques Ferreira





15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,15

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPB43531-UK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CNPJ/MF nº. 03.842001/0001-71

Ingresso de sócios;
Cessão e transferência de quotas;
Alteração na Administração;
Alteração da Sede;
Reativação da Sociedade;
Consolidação do Contrato Social e Adaptação ao Código Civil de 2.002.

Pelo presente instrumento particular, **LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Antônio de Paula, 171 - Centro, portador da identidade nº MG-584.439, expedida pela SSP/MG em 24/09/1996, inscrito no CPF/MF sob o nº 464.291.746-20 e **ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI**, brasileira, casada, servidora pública, residente e domiciliada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Senador Gomes da Silva, 894 - Centro, portadora da identidade nº M-5.717.784, expedida pela SSP/MG em 05/08/1988 e inscrita no CPF/MF sob nº 719.701.856-00, únicos sócios da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME**, sociedade limitada, com sede na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Raul Soares, 324 - Centro - CEP 38.200-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.842.001/0001-71, com instrumento de Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 3120597158-5, em sessão de 30 de maio de 2000, e ainda na qualidade de novos sócios, **VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, Bacharel em Direito, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040 e **JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA**, brasileira, casada, no regime de comunhão parcial de bens, Gerente de Marketing, portadora da identidade nº 11.346.108-1, expedida pela SSP/RJ em 02/08/2004, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.559.107-89, residente e domiciliada na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040 resolvem, de comum e pleno acordo, alterar e consolidar o Contrato Social, nos seguintes termos:

INGRESSO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.816



Cláusula Primeira Ingressam na sociedade os sócios **Victor Soares Marques Ferreira** e **Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira**, qualificados no preâmbulo deste instrumento, mediante cessão parcial que faz o cotista **Luiz Antônio Zanto Campos Borges**, de 15.000 (quinze mil) cotas, equivalentes a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas, equivalentes a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada um dos novos sócios ora admitidos.

Parágrafo Único Declara o cedente haver recebido todos os seus direitos inerentes às cotas cedidas, tanto perante os cessionários como perante a sociedade, conferindo plena e total quitação de modo irrevogável e irretratável.

Cláusula Segunda Com a cessão de quotas acima consignada, o quadro societário da **Rádio FM de Comunicação Frutal LTDA-ME** passa a ser:

Nome do Titular	Cotas	Valor
Luiz Antônio Zanto Campos Borges	10.000	R\$ 10.000,00
Ana Cláudia Brito Marchi	5.000	R\$ 5.000,00
Victor Soares Marques Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Total	30.000	R\$ 30.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Terceira As partes convencionam que a administração da sociedade e o uso da denominação social competirá ao sócio **Victor Soares Marques Ferreira**, com a designação de sócio administrador, que a representará ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, agindo sempre na defesa da sociedade e dos interesses sociais, ficando dispensado de prestar caução.

DA PRÉVIA APROVAÇÃO DO PODER CONCEDENTE

Cláusula Quarta A presente alteração dos quadros societário e administrativo da sociedade permissionária conta com a devida aprovação do Ministério das Comunicações, conforme a Portaria nº. 290 de 18 de Maio de 2.009, publicada no

Paraná, 18 de Maio de 2009
Advogado
OAB/RJ 118.916



Diário Oficial da União no dia 04 de junho de 2010 – seção 1 – página 63, tudo conforme o art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº. 4.117 de 1.962.

DA TRANSFERÊNCIA DA SEDE

Cláusula Quinta Os sócios resolvem transferir a sede social da **Rádio FM de Comunicação Frutal LTDA-ME**, que deixa de ser na Rua Raul Soares, 324 - Centro - CEP 38.200-000, Frutal, Estado de Minas Gerais e passa a ser na **Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, Bairro Estudantil, Frutal, Estado de Minas Gerais CEP 38.200-000.**

DECLARAÇÕES DOS NOVOS SÓCIOS

Cláusula Sexta Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os novos sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer a administração da sociedade ou atividade empresarial.

DA REATIVAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Sétima Considerando que a sociedade sofreu medida administrativa com base na Instrução Normativa nº. 72/98 do DNRC, os sócios requerem neste ato a reativação da sociedade.

DA CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL DE 2.002

Cláusula Oitava De modo a atender as determinações de Direito Empresarial e Civil emanadas pelo Código Civil de 2.002 deliberam os sócios pela revogação de todos os dispositivos e cláusulas do Contrato Social, passando a sociedade a ser regida e regulada consoante as cláusulas e disposições da Consolidação do Contrato Social adiante estipulada.

Advogado
CABRU 113.918



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CNPJ/MF: 03.842001/0001-71

DOS SÓCIOS

**Cláusula Primeira
Frutal LTDA-ME:**

São sócios da Rádio FM de Comunicação de

LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES, brasileiro, casado, médico, portador da identidade nº MG - 584.439, expedida pela SSP/MG em 24/09/1996, inscrito no CPF/MF sob o nº 464.291.746-20, residente e domiciliado na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, Rua Antônio de Paula, 171 - Centro;

ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI, brasileira, casada, servidora pública, portadora da identidade nº M-5.717.784, expedida pela SSP/MG em 05/08/1988, inscrita no CPF/MF sob o nº 719.701.856-00, residente e domiciliada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Senador Gomes da Silva, 894 - Centro;

VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, bacharel em Direito, portador da identidade nº. 12.889.944, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.743.817-23, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040;

JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, Gerente de Telemarketing, portadora da identidade nº 11.346.108-1, expedida pela SSP/RJ em 02/08/2004, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.559.107-89, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040.

Américo de Aguiar C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.916



DA DENOMINAÇÃO, FORMA, SEDE E FILIAIS

Cláusula Segunda A Sociedade possui a denominação social **RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME**, permitida a adoção de expressão de fantasia.

Cláusula Terceira A sociedade se constitui como pessoa jurídica de direito privado direcionada à atividade empresarial e adota a forma de Sociedade Limitada, prevista no artigo 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Cláusula Quarta A sede da sociedade se localiza na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, Bairro Estudantil, Frutal, Estado de Minas Gerais, CEP 38.200-000.

Parágrafo único: Fica autorizada a abertura de novas filiais ou escritórios de representação comercial em todo o território nacional por meio desimples instrumento de deliberação do administrador, com observância às Instruções Normativas do Departamento Nacional de Registro de Comércio e o respectivo registro na Junta Comercial.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Quinta A sociedade tem por objeto a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de rádio chamada de interesse público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, com finalidades em consonância com as disposições do artigo 3º do Decreto nº. 52.795, de 31 de outubro de 1.963, ou seja, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportar os encargos da empresa e a sua necessária expansão.



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.918



Parágrafo Único: A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967.

DO PRAZO

Cláusula Sexta A sociedade iniciou suas atividades com o arquivamento de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e o prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Sétima O Capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 30.000,00, (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, e assim distribuído entre sócios:

Nome do Titular	Cotas	Valor
Luiz Antônio Zanto Campos Borges	10.000	R\$ 10.000,00
Ana Cláudia Brito Marchi	5.000	R\$ 5.000,00
Victor Soares Marques Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Total	30.000	R\$ 30.000,00

§1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, em conformidade com as disposições do artigo 1.052 do Código Civil.

§2º As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

§3º As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.



Alexandre C. Das
Advogado
OAB RJ 113.918



DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Oitava A Sociedade será administrada, isoladamente, pelo sócio **Victor Soares Marques Ferreira** na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade, ativa e/ou passivamente, em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos, atos deliberativos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensado a prestação de caução.

§1º O administrador da sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de ter sido aprovado pelo Poder Concedente.

§2º Para a prática de atos de disposição de bens imóveis, bem como, para a constituição de ônus reais sobre eles, haverá a necessidade da anuência dos sócios que representem a maioria do Capital Social, sendo permitida a manifestação de sócios por procuração.

§ 3º É vedado, sob pena de nulidade, o emprego da denominação social em avais, fianças ou endossos de favor, ou de qualquer ato por sua natureza gratuito e estranho ao objeto social.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS

Cláusula Nona No dia 31 de dezembro de cada ano encerrar-se-á o exercício empresarial, apurando-se o balanço da sociedade com os lucros ou prejuízos a serem divididos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias; facultando-se, ainda, a aplicação em aumento de capital social.

DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DO ADMINISTRADOR



Alexandre Henrique C. Das
Advogado
OAB/RJ 113.916



Cláusula Dez Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social/empresarial, os sócios se reunirão para apreciar e deliberar sobre as contas do administrador.

DO PRO LABORE

Cláusula Onze Os sócios que participarem da administração da sociedade poderão receber remuneração mensal a título de pró-labore, mediante acordo prévio de cotistas.

DO FALECIMENTO E DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Doze A morte ou afastamento de um dos sócios, não implicará na dissolução da sociedade. Ocorrendo o caso de morte de um dos sócios, o sócio remanescente chamará os herdeiros, se assim desejarem, para compor a sociedade com as quotas do sócio falecido, sendo facultado aos herdeiros, o direito de vender as quotas a terceiros sendo que o adquirente das quotas, deverá pagar no ato da compra o valor das quotas em moeda corrente nacional ou bens móveis ou imóveis depois de realizado o balanço patrimonial.

DO DESIMPEDIMENTO

Cláusula Treze Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer regularmente a administração da sociedade ou a atividade de empresa.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ATIVIDADE DE RÁDIO-DIFUSÃO



Américo Antônio C. Das
Advogado
OAB/RJ 113.914



Cláusula Catorze

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§1º A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§2º Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

§3º Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§4º A Sociedade se compromete por seu administrador e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos sociais, redução do capital social, mudança do quadro diretivo e cessão de quotas que resultem em alteração do controle societário, hipótese em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962.

DA SUBSIDIARIEDADE LEGAL

Cláusula Quinze

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro, a Lei. nº. 6.404 de 1.975, Lei nº. 4.117 de 1.962 e o Decreto nº. 52.795 de 1.963.



Alexandra Ferreira C. Das
Advogada
OAB RJ 113.914



DO FORO

Cláusula Dezesseis

Os sócios elegem o foro da Comarca da sede da empresa, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas ou omissas da presente consolidação.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento de alteração do contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Frutal - MG - 20 de agosto de 2011



LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES



ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI

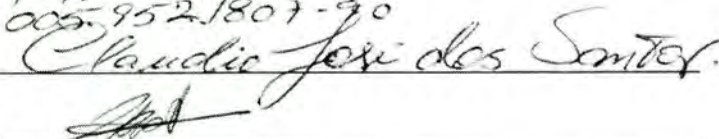



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA



JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA

Testemunhas

414.373 + AER.
005-952/807-90



LUANA RESSUE BARROS DASILVA
ID: 32128430-3
CPT: 056112417-51

Alexandra Marques C. Das
Advogada
OAB/MG 113.914

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO O REGISTRO SOB O NRO. 4877287
EM 29/06/2012



RAÇÃO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA - ME

PROTÓCOLO: 12/194.528-6

AF0375697

Reconhecimento de Firma
24º Ofício de Notas

Reconhecimento de Firma
24º Ofício de Notas

Serviço Substituto
Tel.: 2524-5112 / 7866-6455



SERVIÇO SUBSTITUTO
de validade
de validade

SUP41159

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SUP41160

SELO DE AUTENTICAÇÃO
CORREÇÃO GERAL DA JUSTIÇA - RJ

49e7-b040-84e2c3ab9e87



PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG - FONE: (34) 3421-8630

Reconheço a(s) firma(s)

Recunheço a(s) firma(s) Denise Mantovani
de Dr. Luiz Antonio de Faria
Campos Borges e Ana
Claudia Brito Brandi

Frutal/MG, 20 de Abril de 2012

Em test: H04910 da verdade

Helenice de L. B. Dias Tab. Substituta



15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3133-2600
AUTENTICAÇÃO de Notas

AUTENTICADO

Rua do Ouvidor, 89, Centro (22060-000) - Rio de Janeiro, RJ

AUTENTICAÇÃO DE NOTAS

Certifico e dou fe que a presente cópia foi reproduzida do original, que me foi apresentado por **Edson de Freitas Ribeiro**

Rio de Janeiro, 08 de Setembro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPRU:0,21 FETI:0,86 FUNAPEN:0,16 FUNMGV:0,08 TOTAL:5,86

Mat: 94-17262

Certifico e dou fe que a presente Copia do **Relatório de Faltas Ribeiro**
Rio de Janeiro, 08 de Setembro de 2014
 FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNAMPEN:0,16 FUNDIA:0,08 FUNDGCMV:0,08 TOTAL:5,,86
 Matr: 04.17369

MAT:94/13809- LEANDRO SOARES DA SILVA ESCRIVENTE

MAT:94/13809- LEANDRO SOARES DA SILVA ESCRIVENTE
EAMP45876-MCS Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
22/09/2014CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
21/12/2014

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO DE FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Cancelado

LOGRADOURO: RUA RAUL SOARES

NÚMERO: 324

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2014000078496181





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:37:13 do dia 06/10/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/04/2015.

Código de controle da certidão: **245A.BBC9.9964.BCC9**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



 **Menu Principal** ▼BOA TARDE
ALEXANDRE HENRIQUE COSTA DIAS**Sistemas
Interativos**BOLETO » » **Nada Consta** | menu ajuda**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:08:20 do dia 30/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<http://sistemas.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

30/10/2014

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				Código da Entidade Sindical S-05140	
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE			UF MG
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME					
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1:,		
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601	
Dados de Referência da Contribuição			Dados da Contribuição		
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			(-) Valor do Documento 241,00		
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 431,39	
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 672,39	
104-010499.70518 40617.700006 05005.315014 3 44990000067239					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005315	Valor do documento 672,39	Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010

Autenticação Mecânica

672/39RD1002

CEFJ1130102014065241000527

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi aprem
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014.

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNARPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:R\$10,52

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105414-ZEM Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				31/01/2011	2011
Código da Entidade Sindical S-05140					
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE		UF MG	
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME					
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1:,		
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL		UF MG	Código Atividade 601
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 250,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 357,50	
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 607,50	
104-0 10499.70518 40617.700006 05005.316012 6 48640000060750					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005316	Valor do documento 607,50	Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011

Autenticação Mecânica

607,50RD100Z

CEF311130102014070241000530

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFICIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNAIPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05413-EAB Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Mat-tr 94-17262



**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento 31/01/2012		Exercício 2012	
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				Código da Entidade Sindical S-05140			
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803		CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71		
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE			UF MG		
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71			
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME							
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1;				
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL			UF MG	Código Atividade 601	
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição			
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 260,00			
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos			
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 278,20			
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00			
				(-) Valor Cobrado 538,20			
104-0 10499.70518 40617.700006 05005.317010 9 52290000053820							
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005317		Valor do documento 538,20		Vencimento 31/01/2012	
						Exercício 2012	

Autenticação Mecânica

538/20RD1002

CEF311130102014071241000532

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEILÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNAMPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05412-BAQ Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º - **Ofício de Notas**
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS 001111			Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
Endereço R DOMINGOS VIEIRA 587 SL 803			Código da Entidade Sindical 000.000.000.05140-3	
Bairro/Distrito SANTA EFIGENIA	Número 30150-240	Complemento BELO HORIZONTE	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
CEP 38200-000	UF MG	Cidade/Município FRUTAL		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNIC FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV EVALDO LODI			Número 620	Complemento APT 01 AND 01
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 240,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.70518 40617.703844 20010.001012 4 59600000024000

Código do Cedente 000.000.000.05140-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 240,00	Data Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

2013

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFICIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente copia é fiel reprodução do original que me foi apres
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05415-AAR Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente

01-17-12





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				31/01/2014	2014
Código da Entidade Sindical S-05140					
Endereço		Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
RUA DOMINGOS VIEIRA		587	CONJ. 803	26.271.338/0001-71	
Cep	Bairro/Distrito	Cidade / Município		UF	
30150-240	SANTA EFIGÊNIA	BELO HORIZONTE		MG	
Dados do Contribuinte					
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço		Número	Complemento		
AV EVALDO LODI		620	APT: 01, ANDAR: 1,;		
Cep	Bairro/Distrito	Cidade/Município		UF	Código Atividade
38200-000	ESTUDANTIL	FRUTAL		MG	601
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(<=) Valor do Documento 240,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(<-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(<-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(<+) Mora / Multas 84,00	
				(<+) Outros Acréscimos 0,00	
				(<=) Valor Cobrado 324,00	
104-010499.70518 40617.700006 05005.319016 1 59600000032400					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005319	Valor do documento 324,00	Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014

Autenticação Mecânica

324,00R01002

CEF31130102014072241000535

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNARPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105410-YTJ Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrevente

Matr 94-17 02





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento
30/04/2010

Exercício
2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO EST. MG

Código da Entidade Sindical
S-07286

Endereço
RUA DA BAHIA

Número
1148

Complemento
CONJ 1907

CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06

Bairro/Distrito
CENTRO

CEP
30160-906

Cidade/Município
BELO HORIZONTE

UF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71

Endereço
AV. EVALDO LODI

Número
620

Complemento
APTO 01 1º AND

CEP
38200-000

Bairro/Distrito
ESTUDANTIL

Cidade/Município
FRUTAL

UF
MG

Código Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados

☐ Prof. Liberal

☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
02

(-)Desconto/Abatimento

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
1.161,25

(-)Outras Deduções

Total Empregados - Estabelecimento
02

(+)Mora/Multa

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+)Outros/Acréscimos

PAGAR ATÉ 30/10/2014

(=)Valor Cobrado

v. 2.9.1

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 6 45880000000000

Código do Cedente
S-07286

Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2010

Exercício
2010

Autenticação Mecânica

CEF311130102014073241000535

104,49RD1002



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 4233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi aprem
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105409-YZH Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15. Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.brVencimento
30/04/2011 Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO EST. MGCódigo da Entidade Sindical
S-07286Endereço
RUA DA BAHIANúmero
1148Complemento
CONJ 1907CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06Bairro/Distrito
CENTROCEP
30160-906Cidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - MECPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71Endereço
AV. EVALDO LODINúmero
620Complemento
APTO 01 1º ANDCEP
38200-000Bairro/Distrito
ESTUDANTILCidade/Município
FRUTALUF
MGCódigo Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
02

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
1.221.05Total Empregados - Estabelecimento
02

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

PAGAR ATÉ 30/10/2014

v. 2.9.1

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
40.70

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa
37.44(+) Outros/Acréscimos
17.07(=) Valor Cobrado
95.21

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 1 49530000000000

Código do Cedente
S-07286Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2011Exercício
2011

Autenticação Mecânica

CEF311130102014074241000543

95,21RD100Z



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado em
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERI:0,21 FUNDEPERI:0,21 FETI:0,86 FUNARPEI:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAP105411-DYK Consulte em <https://www4.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrivente

Matr. nº 17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.brVencimento
30/04/2012Exercício
2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO EST. MGCódigo da Entidade Sindical
S-07286Endereço
RUA DA BAHIANúmero
1148Complemento
CONJ 1907CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06Bairro/Distrito
CENTROCEP
30160-906Cidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - MECPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71Endereço
AV. EVALDO LODINúmero
620Complemento
APTO 01 1º ANDCEP
38200-000Bairro/Distrito
ESTUDANTILCidade/Município
FRUTALUF
MGCódigo Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
02Dados da Contribuição
(=) Valor do Documento
46.59

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração Contribuintes
2.397.84

(-) Desconto/Abatimento

Total Empregados - Estabelecimento
02

(-) Outras Deduções

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+/-) Mora/Multa
31.68(+/-) Outros/Acréscimos
13.95(-) Valor Cobrado
92.22

v. 2.9.1

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 5 53190000000000

Código do Cedente
S-07286Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2012Exercício
2012

Autenticação Mecânica

CEF31130102014075241000549

92,22RD1002



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELA
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apor-
tado em Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014.

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNARPEU:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVÃO
EAPI05407-ZFK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivão
Matr. 94/17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
 Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG 000081			Vencimento 31/07/2013	Exercício 2013
Código da Entidade Sindical 000.000.264.07286-3				
Endereço RUA DA BAHIA 1148 1907	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 17.450.305/0001-06	
Bairro/Distrito BELO HORIZONTE	CEP 30160-906	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV AV EVALDO LODI	Número 620	Complemento APT 01		
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição
 Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 3
--------------------------	----------------------------------

Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 3.527,30
----------------------------------	---

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento
	(+) Mora / Multa
	(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 7 57760000011758

Código do Cedente 000.000.264.07286-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 117,58	Data Vencimento 31/07/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

117,58R1004

CEF3113007201316241002153

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEILÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3133-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente copia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,15 EMOJ:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05405-RNH Consulte em <https://www3.trfj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrivente

Matr. 94.17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2014

Exercício
2014

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG 000081			Código da Entidade Sindical 000.000.264.07286-3	
Endereço RUA DA BAHIA 1148 1907	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 17.450.305/0001-06	
Bairro/Distrito BELO HORIZONTE	CEP 30160-906	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACO FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV EVALDO LODI	Número 620	Complemento		
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
3

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
3.641,40

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
121,38

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 6 60490000012138

Código do Cedente 000.000.264.07286-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 121,38	Data Vencimento 30/04/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014
FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNARPERU:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,94

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05406-OCX Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262

Ofício
Escritório
Matr.

Ofício
Escritório
Matr.



Hora	Segunda à Sexta	Sábado	Domingo
00	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
01	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
02	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
03	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
04	Cânticos de Fé	Cânticos de Fé	Cânticos de Fé
05	Nosso Sertão	Nosso Sertão	Nosso Sertão
06	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
07	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Domingo Nossa Rádio
08	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Curas e Milagres	Culto Ao Vivo
09	Caderno Nossa Rádio	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
10	Conexão Nossa Rádio (Local)	Conexão Nossa Rádio (Local)	Conexão Nossa Rádio
11	Na Mesa com o Senhor	Nossa Rádio Kids (Local)	Culto Ao Vivo
12	Sequência Premiada	Nossa Parada	Sequência Premiada
13	Arquibancada	Nossa Parada	Conexão Nossa Rádio
14	Papo de Mulher	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
15	Sequência Premiada	Sequência Premiada	Sequência Premiada
16	Conexão Nossa Rádio	Músicas e Músicos	Músicas e Músicos (reprise)
17	Roça Rádio	Roça Rádio	Roça Rádio
18	Giro Nossa Rádio	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
19	A Voz do Brasil	Motivação Empresarial	Conexão Nossa Rádio
20	Conexão Nossa Rádio	Nossa Rádio Ao Vivo	Nossa Rádio Ao Vivo
21	Sintonia do Amor	Tour Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus
22	Programa do Povo	Clássicos Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus
23	A Hora da Graça de Deus	Clássicos Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus

- Jornalísticos**Bom Dia Nossa Rádio Notícias** – Duração: 120 minutos**Giro Nossa Rádio** – Duração: 60 minutos**Arquibancada** – Duração: 60 minutos**- Educativos****Caderno Nossa Rádio** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Incentivo a literatura.**Motivação Empresarial** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Dicas para o novo empreendedor.**Nossa Rádio Kids** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Programação infantil educativa.

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:1,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:R\$ 8,62

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAP105408-JBM Consulte em <https://www8.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escritor

Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2013

Identificação do Estabelecimento

CREA 590572164423
Razão Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL
LTDA ME
CNPJ 03842001/0001-71
CEI
CEI Vinculado
CNAE 6010100 - ATIVIDADES DE RADIO
Endereço AV EVALDO LODI, 620 APT 01 ANDAR
1
Bairro ESTUDANTIL
Cidade/UF FRUTAL / MG
CEP 38200-000

DECLARAÇÃO ENTREGUE

Data 19/03/2014
Quantidades de vínculos 3

Coordenação da RAIS

Brasília, 02/10/2014.

Código de Identificação do Recibo

.069.1777.7359.181.99

Declaração enviada com Certificado Digital

Para retificar a CNAE, acesse: http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

RIO: 19/09/2014.

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL.

Renovação

1 -Cópia da Grade de Programação.	OK	OK
2 -Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)	OK	OK
3 -Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)	OK	P?
4 -Comprovante de regularidade com o FISTEL	OK	OK
5 -Prova de regularidade relativa ao INSS	(?)	OK
6 -Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	(?)	I
7 -Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal	OK	OK
8 -Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada	OK	OK
9- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço	OK	
10- Cópia da última RAIS	OK	OK
11- Certidão atualizada da Junta Comercial	OK	OK
12- DECLARAÇÕES (P. Vitor Soares)	OK	OK
13- PROCURAÇÃO	OK	OK

CNPJ → 03.842.001.0001-71

Pendente:

- CERT. CONT. SINDICAL (EMPREGADOR) → OK
- CERT. CONT. SINDICAL (EMPREGADO) →
- PROVA DE REGULARIDADE (FGTS) →



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Frutal

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal	19/09/1998	19/09/2008
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998

Usuário: - Data: 18/11/2014 Hora: 15:47:14

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
253	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	MG	Frutal	FM	2	H	
Usuário: - Data: 18/11/2014 Hora: 15:47:50							
Registro 1 até 1 de 1 registros				Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>			

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MG
Município: Frutal
Frequência: 98,5 MHz
Classe: C
Canal: 253

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Dados da Entidade

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 323691021
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50012012335
CNPJ: 03.842.001/0001-71
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)
Último
Licenciamento:

☒ Dados do Plano Básico☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 38200000
Número: 324
Município: Frutal
Telefone:

Logradouro: RUA RAUL SOARES
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: MG

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 22710113
Número: 1000
Município: Rio de Janeiro

Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES
Complemento:
Distrito:
Bairro: TAQUARA
SubDistrito:

UF: RJ

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação:
Contrato/Convênio:SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 50012012335

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="25/03/2002"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="09/10/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/05/2009"/>	Aprovação de Local ▶	<input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="10/06/2009"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência ▶	◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶

+ **Característica da Estação Instalada**

+ **Dados do Licenciamento**

 [Tela Inicial](#)

 [Imprimir](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.842.001/0001-71

RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Data: 18/11/2014

Hora: 15:49:04



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 719.701.856-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Data: 18/11/2014 Hora: 15:50:48





Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 074.559.107-89

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA** Data: **18/11/2014** Hora: **15:50:54**



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 464.291.746-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Data: [18/11/2014](#) Hora: [15:50:59](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



BOA TARDE

THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 090.743.817-23

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA** Data: **18/11/2014** Hora: **15:51:05**



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Processo	Entidade	Serviços	Consulta Pública	Assunto
----------	----------	----------	------------------	---------

THAISA.OLIVEIRA - USUARIO AVANÇADO

Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	53000.027619/07	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	145	206	MG-8		Não
	53000.034391/12	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	114	206	MG 2		Não
	53000.040690/12	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA		201	DOC 01		Não
	53000.048781/08	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	208		SARC-LTP	Não
	53000.065726/07	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	228		FM	Não
	53000.066855/07	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	228		SARC-LTP	Não
	53000.026282/09	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	111	211	ANATEL	FM	Não
	53710.000619/00	MG	FRUTAL	FM	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	101	228		FM	Não

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03842001000171

Emitida às 16:04:52 do dia 18/11/2014 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.027212/2014-61		
Entidade: RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA		
Localidade: FRUTAL	UF: MG	Serviço: FM
Período: 23/02/2015 A 23/02/2025		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			01 (0234907)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			02 (0234907)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			03; 04/05 (0234907)
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		2010-23/24 2011-25/26 2012-27/28 2013- 2014-29 A 32 (0234907) Incompleto
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			2010-33/34 2011-35/36 2012-37/38 2023-39/40 2014-41/42 (0234907)
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?		X		01 (0244624)
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?		X		
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?		X		



9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			21 (0234907)
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			20 (0234907)
11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?		X		
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.

2. Representante (s) Legal (is): SRD E SIACCO – 0244574



Observações:

3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SRD E SIACCO – 0244574)
4. Existência de processo de transferência Direta: NÃO (RADTEC – 0244577).

Análise:

THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA
Técnico de Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 17493/2014/SEL-MC

Processo n.º: 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA, relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23/02/2015 a 23/02/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0244658), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento), referente à 2013;
- comprovante de regularidade com o FISTEL;
- prova de regularidade relativa ao INSS;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 27/11/2014, às 16:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 27/11/2014, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 28/11/2014, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0244662** e o código CRC **9F773CD3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 19778/2014/SEI-MC

Brasília, 27 de novembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica N° 17493/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 28/11/2014, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0244677** e o código CRC **48DEB18F**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

OF: 19778/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA
(ESCRITÓRIO RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
ESTRADA DOS BANDEIRANTES Nº 1.000 – TAQUARA
CEP: 22.710-112 RIO DE JANEIRO/RJ
PROC.: 53900.027212/2014
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico
<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

RM 42321229 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília-DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME DO DESTINATÁRIO / NOM DU DESTINATAIRE

ATAIRE

OF: 19778/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA
 (ESCRITÓRIO RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
 ESTRADA DOS BANDEIRANTES Nº 1.000 – TAQUARA
 CEP: 22.710-112 RIO DE JANEIRO/RJ
 PROC.: 53900.027212/2014
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

F

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

EN

7524

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

104x136 mm

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CORREIOS
BRÉSIL

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

RM 42321229 5 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

BOM DIA
Sérgio Rossi Junior

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.842.001/0001-71

RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**Data: **04/08/2016**Hora: **10:56:44**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 719.701.856-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 04/08/2016

Hora: 10:57:03

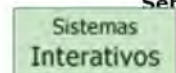


Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



BOM DIA
Sérgio Rossi Junior



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 074.559.107-89

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**

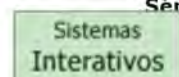
Data: **04/08/2016**

Hora: **10:57:28**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

BOM DIA
Sérgio Rossi Junior

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 464.291.746-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 04/08/2016

Hora: 10:57:48



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Agência de

Menu Principal ▾

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 090.743.817-23

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**Data: **04/08/2016**Hora: **10:58:01**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**

CNPJ: **03.842.001/0001-71**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:59:06 do dia 04/08/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/09/2016.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
253	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	MG	Frutal	FM	2	H	
Usuário: - Data: 04/08/2016 Hora: 10:59:23							
Registro 1 até 1 de 1 registros				Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>			



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MG
Município: Frutal
Frequência: 98,5 MHz
Classe: C
Canal: 253

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Dados da Entidade

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 323691021
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50012012335
CNPJ: 03.842.001/0001-71
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Nº Fistel: 50012012335

Coordenadas Geográficas do Município

Município:**Latitude:** **Longitude:** **Raio:**

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul**Longitude:** ° ' " **Local Especifico:** **Coordenada pré-fixada?:** Não

Características

Canal: 253**Frequência:** 98,5**Classe:** **Canal Educativo?:**

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99

Máximo: 250 **Digitados: 33****Observação:****Máximo: 250** **Digitados: 0****Assinatura da Outorga**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

Endereço de Correspondência

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo: Fistel:

[-] Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="25/03/2002"/>	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="09/10/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/05/2009"/>	Aprovação de Local	Jur.
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="10/06/2009"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur.

[+] Característica da Estação Instalada

[-] Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - CNPJ/CPF(03.842.001/0001-71)

Município/UF: FRUTAL/MG

Indicativo: ZYT534

Situação: Entidade não possui débitos

Canal PB: 253

Classe PB: C

Características de Operação

Classe: Canal:

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: MG

Município: Frutal

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal	19/09/2008	19/09/2018
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998

Usuário: - Data: **04/08/2016** Hora: **11:00:35**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.027212/2014-61		
Entidade: Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda.		
Localidade: Frutal	UF: MG	Serviço: FM
Período(s): 23.2.2015 a 23.2.2025.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1 6/7 (Procuração)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			2
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			3/4/5
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		X		23-32 (2010, 2011, 2012, 2014)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			33-42 (2010, 2011, 2012, 2013, 2014)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			6 (1270184)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;		X		
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;		X		
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			21
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			20
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;		X		



13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		x		
16- Laudo de ensaio equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		
17- Laudo de vistoria, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Ana Claudia Brito Marchi		x		x		
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x		x		
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x		x		
	Victor Soares Marques Ferreira		x		x		
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Ana Claudia Brito Marchi		x		x		
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x		x		
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x		x		
	Victor Soares Marques Ferreira		x		x		
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Ana Claudia Brito Marchi		x		x		
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x		x		
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x		x		
	Victor Soares Marques Ferreira		x		x		
20. Certidão de distribuição	Ana Claudia Brito Marchi		x		x		



criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x		x		
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x		x		
	Victor Soares Marques Ferreira		x		x		
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA			
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.							

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **atente parcialmente** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Sérgio Rossi Cargo: Analista - Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 19406/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61.

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1270301), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 3.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.4. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.6. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- 3.7. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.9. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- 3.10. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

- 3.11. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);
- 3.12. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 3.13. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 05/08/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/08/2016, às 15:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1270310** e o código CRC **AB2A843B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19.406/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1270329** e o código CRC **F6A6C227**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61
- Nº SEI: 1270329



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

10/08/2016 15:58:11

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1270329.html
Nota_Tecnica_1270310.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Protocolo nº: 53900.027212/2014-61

Certifico e dou fé que após busca realizada nesta unidade de Documentação e Informação, **não foi localizada até o momento**, complementação de documentação, exigida por Ofício, cuja expedição foi realizada eletronicamente.

Restituam-se os autos, para o prosseguimento da análise.

Em 11/01/2017



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível Superior**, em 11/01/2017, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1614213** e o código CRC **EA8D137C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 1614213



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 1401/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitera-se os termos do Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 19.406/2016/SEI-MCTIC (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 13/01/2017, às 17:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1617312** e o código CRC **14C4DE07**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1401/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 1617312



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 19406/2016/SEI-MCTIC**Processo nº** 53900.027212/2014-61.**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1270301), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 3.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.4. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.6. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- 3.7. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.9. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- 3.10. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

Documento original eletrônico.

http://www.sei.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1526630&infra_sistema=1000...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

3.11. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);

3.12. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;

3.13. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 05/08/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/08/2016, às 15:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1270310** e o código CRC **AB2A843B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19.406/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1270329** e o código CRC **F6A6C227**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 1270329



Documento original eletrônico.

http://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1526651&infra_sistema=1000...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

25/01/2017 06:52:41

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1617312.html
Anexo_1617317_NT_E_OF.pdf



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 20:42:45 do dia 29/07/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/01/2020.

Código de controle da certidão: **8171.CABF.49BD.01FE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
11/12/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
10/03/2020

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Suspenso

LOGRADOURO: AVENIDA EVALDO LODI

NÚMERO: 620

COMPLEMENTO: APT 01 ANDAR 1,

BAIRRO: ESTUDANTIL

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/12/2019 a 05/01/2020

Certificação Número: 2019120702564735548002

Informação obtida em 11/12/2019 10:04:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Documento original eletrônico.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 23/02/2025
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBTSHECK	Complemento:	
Bairro: .	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG
Latitude: -20.02194 (20° 01' 19.0" S)	Longitude: -48.905 (48° 54' 18.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534



Data Último Licenciamento: 10/08/2016

Número da Licença: 000020/2016-MG

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -20.02194 (20° 01' 19.0" S)	Longitude: -48.905 (48° 54' 18.0" W)	Cota da base: 575.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: .66 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Circular	HCI: 50 m	ERP Máximo: 0.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.25	10°: 1.31	20°: 1.24	30°: 1.25	40°: 1.48	50°: 1.81	60°: 2.04	70°: 2.13	80°: 2.13	90°: 2.04	100°: 1.83	110°: 1.53
120°: 1.25	130°: 0.99	140°: 0.75	150°: 0.58	160°: 0.51	170°: 0.51	180°: 0.58	190°: 0.8	200°: 1.1	210°: 1.25	220°: 1.1	230°: 0.8
240°: 0.58	250°: 0.55	260°: 0.6	270°: 0.58	280°: 0.41	290°: 0.17	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0.37	350°: 0.88

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.08 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
----------------------	-------	-----	------	------------	------------	-----------------------------------	---------

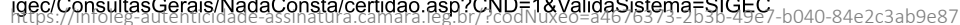
Horário de funcionamento





CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.027212/2014-61			
Entidade: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.		CNPJ: 03.842.001/0001-71	
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		Localidade: Frutal	UF: MG
Validade da Outorga: vencida		Períodos: 23.2.2015 a 23.2.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	-

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	0234907 fls.9-19 (1ªAC)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	1702294 fl.10
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1702294 fl.13 (2017)



REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	-
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	4956386 fl.1
			4956386 fl.2
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4956393 fl.4
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	4956386 fl.1 4956386 fl.3
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos. S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	11/12/2019



NOTA TÉCNICA Nº 24947/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1, chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão (obs.: com exceção da 1ª Alteração Contratual);

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), **atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;**

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

4.5. prova de inscrição no CNPJ;

4.6. prova de regularidade perante a Fazenda **municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

4.7. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de



certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

4.8. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - FM / TV

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 16/12/2019, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4956517** e o código CRC **43FAA5AC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 4956517



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 47747/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24947/2019/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 4956593), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 16/12/2019, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4956583** e o código CRC **9E710B16**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 4956583



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.



Data de Envio:

18/12/2019 10:06:36

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Requerimento_4956593_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf
Oficio_4956583.html
Nota_Tecnica_4956517.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

20/01/2020 09:52:26

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração Contratual

Mensagem:

Processo nº 53900.027212/2014-61

Tendo em vista a 2ª Alteração Contratual (evento SEI nº 5036470, fls.24-30) apresentada pela Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., executante do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.027212/2014-61			
Entidade: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.		CNPJ: 03.842.001/0001-71	
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		Localidade: Frutal	UF: MG
Validade da Outorga: vencida		Períodos: 23.2.2015 a 23.2.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	-	-
*aguarda aprovação da Alteração Contratual		

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	0234907 fls.9-19 (1ª AC) 5036470 fls.2-30 (CS a 2ª AC)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	5036470 fl.36
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	5036470 fls.31-35



	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1702294 fl.13 (2017) 5036470 fl.38
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	5036470 fl.43
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	4956386 fl.1 5036470 fl.39
			4956386 fl.2 5036470 fl.37
			5036470 fl.41
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4956393 fl.4
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	4956386 fl.1 5036470 fl.39
			4956386 fl.3 5036470 fl.40
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	5036470 fl.42
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos. S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	20/01/2020



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 1100/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 24947/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4956517), concluiu pela expedição do Ofício n.º 47747/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4956583), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.001309/2020-90, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

3.3. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018 - FM / TV](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/01/2020, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5063377** e o código CRC **E6AE0CC2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 5063377



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 1770/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de janeiro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 1100/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/01/2020, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5063444** e o código CRC **040C5F07**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 5063444



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

30/01/2020 10:50:36

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5063444.html
Nota_Tecnica_5063377.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

03/03/2020 16:40:48

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração Contratual

Mensagem:

Processo nº 53900.027212/2014-61

Tendo em vista a 2ª Alteração Contratual (evento SEI nº 5216485, fls.32-40) apresentada pela Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., executante do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis.

Anexos:

Nota_Tecnica_5063377.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/05/2000
NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV EVALDO LODI	NÚMERO 620	COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR		TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/12/2022** às **19:52:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2022 a 06/01/2023

Certificação Número: 2022120801064906941619

Informação obtida em 19/12/2022 19:54:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certidão nº: 45908136/2022

Expedição: 19/12/2022, às 19:26:45

Validade: 17/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.842.001/0001-71**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.842.001/0001-71 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir) Avaliar (/Servicos/certidaointernet/PJ/Avaliacao?protocolo=20221219.DE096099)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/12/2022 às 19:53 (data e hora de Brasília).






Canais de Radiodifusão

Todos ▾

Download Canais


11




Ver

1 - 50

50

 Atualizar

 Filtrar

Ag

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Status ▴ ▾	CNPJ ▴ ▾	Entidade ▴ ▾	NumFistel ▴ ▾	Carater ▴ ▾	Finalidade ▴ ▾	Serviço ▴ ▾	Num Serviço ▴ ▾	UF ▴ ▾	Município ▴ ▾	Local Especif
	03842001000:				(Todos) ▾	FM		MG	rutal	
FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03842001000171	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	50012012335	P	Comercial	FM	230	MG	Frutal	

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail:
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBTSCHECK	Complemento:	
Bairro: .	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.08kW
HCI: 50 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 10/08/2016	Número da Licença: 000020/2016-MG
Estação Principal	



Localização		
Latitude: 20° 01' 19.00" S	Longitude: 48° 54' 18.00" W	Cota da base: 575.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: .66 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Circular	HCI: 50 m	ERP Máxima: 0.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.25	5°: 0	10°: 1.31	15°: 0	20°: 1.24	25°: 0	30°: 1.25	35°: 0	40°: 1.48	45°: 0	50°: 1.81	55°: 0
60°: 2.04	65°: 0	70°: 2.13	75°: 0	80°: 2.13	85°: 0	90°: 2.04	95°: 0	100°: 1.83	105°: 0	110°: 1.53	115°: 0
120°: 1.25	125°: 0	130°: 0.99	135°: 0	140°: 0.75	145°: 0	150°: 0.58	155°: 0	160°: 0.51	165°: 0	170°: 0.51	175°: 0
180°: 0.58	185°: 0	190°: 0.8	195°: 0	200°: 1.1	205°: 0	210°: 1.25	215°: 0	220°: 1.1	225°: 0	230°: 0.8	235°: 0
240°: 0.58	245°: 0	250°: 0.55	255°: 0	260°: 0.6	265°: 0	270°: 0.58	275°: 0	280°: 0.41	285°: 0	290°: 0.17	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.37	345°: 0	350°: 0.88	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.08 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **19/12/2022**

Hora: **19:33:01**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 003.821.657-48											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu

Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 19/12/2022

Hora: 19:34:20



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 464.291.746-20												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal	

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 19/12/2022

Hora: 19:34:54



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		719.701.856-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **19/12/2022**

Hora: **19:34:00**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **19/12/2022**

Hora: **19:48:03**

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG	Município: Frutal		
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal		
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998
SOCIEDADE RADIO FRUTAL LTDA	Frutal	01/05/1994	

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa** Data: **19/12/2022** Hora: **19:49:13**

Registro **1** até **4** de **4** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:51:43 do dia 19/12/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Data de Envio:

19/12/2022 20:13:01

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial- Processo nº: 53900.027212/2014-61

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 20/12/2022 09:03

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 19 de dezembro de 2022 20:13

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 19314/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADO: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA, do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Frutal/MG, referente ao seguinte período: 23/02/2015 a 23/02/2025.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº1100/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 1770/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5063377 e 5063444). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.009532/2020-85, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

JUSTIFICATIVA: O requerimento padrão apresentado (SUPER 5216485 - Págs. 2 e 3), não foi datado, portanto, não possui validade para a instrução processual.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. prova de regularidade perante a Fazenda federal, na forma da lei;

prova de regularidade relativa à seguridade social;

comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPNÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Frutal/MG, encontra-se com o status "FM-C2(Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 21, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 23/01/2023, às 08:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/01/2023, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10579866** e o código CRC **D7C47CA9**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 32854/2022/MCOM

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA (CNPJ Nº 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, nº 1000 - Taquara
22.710-112 - Rio de Janeiro/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.027212/2014-61.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 19314/2022/SUPER-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no Documento original eletrônico.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/01/2023, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10579873** e o código CRC **DD87517B**.

Anexos:

- Nota Técnica 19314 (10579866)
- Requerimento Modelo (10579863)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32854/2022/MCOM - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 10579873



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



Data de Envio:

23/01/2023 14:16:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10579873.html
Requerimento_10579863_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2023.pdf
Nota_Tecnica_10579866.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR, AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR, alexandrehenrique.dias@gmail.com
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Estações

Voltar

1 total de registros

1 - 50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Pase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	03842001000171	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	50012012335	P	Comercial	FM	230	MG	Frutal		253		98.5	C	Principal	20° 01' 19.90" S	48° 54' 19.01" W	0.0621	76		2	2023-06-29 16:27:18		570ba20ee4c9	

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatriz@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.08.10:10

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57'46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°57'6.43" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°54'58.84" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'58.84" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'42.23" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'31.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							





NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA				CNPJ 03842001000171	
Nº DA ESTAÇÃO 323691021	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 01' 19.99" S	LONGITUDE 48° 54' 19.01" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2699.				DISTRITO	
BAIRRO Progresso				MUNICÍPIO Frutal	UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 23/02/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 98.5 MHz CANAL: 253

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 575

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYT534

NOME FANTASIA: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Frutal

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: AVENIDA EUVALDO LODI BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

NUMERO: 620 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Superior Tecnologia em MODELO: TFM 300

CÓDIGO: Radiodifusão Ltda POTÊNCIA: .088 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 012830602337

CÓDIGO: MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MECTRONICA MECANICA E MODELO: MT-FMA 2

POLARIZAÇÃO: ELETRONICA

DESCRIÇÃO: Circular GANHO: -0.06 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 76 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: BEAM TILT: .00 graus

POLARIZAÇÃO: MODELO:

DESCRIÇÃO: GANHO: dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 02/10/2023 08:51:19



Documento original eletrônico.

Emitido Em
07/06/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWNLbmNhOjoyMDIzNjQ5ZGRiMTY><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2Yzc5MAweo-a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:57:25 do dia 02/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/11/2023.


Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal









SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar Extrato de Lançamentos>


menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos


Nome da Entidade:		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA						Nº FISTEL:	50012012335	
Serviço:		230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada						CNPJ/CPF:	03842001000171	
Situação:		Ativa	Data Validade:		23/02/2015		+ CADIN:	Não		
Incide FUST:			Data Início Operação Comercial:		Div. Ativa:		Não	Tipo Usuário:		
Integral		+ UF:	MG		Proc. Caducidade:		Não			
End. Sede:		Avenida Evaldo Lodi 620 - Apartamento 01 - 1º Andar						Bairro:	Estudantil	
Município:		Frutal	CEP:		38200-000		UF:	MG		
End. Corresp.:		ESTRADA DOS BANDEIRANTES 1000						Bairro:	TAQUARA	
Município:		Rio de Janeiro	CEP:		22710-113		UF:	RJ		
Créditos Inscritos no CADIN										
Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel										
Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2003	20/09/2004	R\$ 113.675,00	20/09/2004	113.675,00	113.675,00	0001  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
6530	0	2006	23/02/2006	R\$ 113.675,00		0,00	0,00	0002  Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
6530	0	2007	06/07/2007	R\$ 113.675,00	06/07/2007	113.675,00	113.675,00	0003  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2009	20/07/2009	R\$ 120,00	22/06/2009	120,00	120,00	0004  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	09/09/2016	R\$ 1.000,00	31/10/2016	1.181,60	1.181,60	0005  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	22/03/2017	330,00	330,00	0006  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	22/03/2017	50,00	50,00	0007  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	01/10/2017	R\$ 200,00	20/10/2017	212,54	212,54	0008  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 -	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	13/03/2018	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00

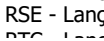



Documento original eletrônico


								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	13/03/2018	50,00	50,00	0010  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	21/03/2019	330,00	330,00	0011  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	20/03/2019	50,00	50,00	0012  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	21/08/2020	330,00	330,00	0015  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	20/08/2020	50,00	50,00	0016  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1330 - TFF-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	03/12/2020	554,15	554,15	0017 (0017)  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4201 - CFRP-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	03/12/2020	83,96	83,96	0018 (0018)  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	11/03/2021	330,00	330,00	0019  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	11/03/2021	50,00	50,00	0020  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	0022  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	28/03/2023	330,00	330,00	0023  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	28/03/2023	50,00	50,00	0024  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/07/2023	R\$ 1.000,00	05/06/2023	1.000,00	1.000,00	0025  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
Total devido em 02/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 02/10/2023 (em reais):										0,00

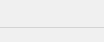
Legenda do Campo Situação

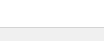
 RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)


 RTO - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

 RTO - Efeito Suspensivo Revogado

 RTO - Lançamento com Recurso Judicial

 Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

 <https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

as anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

2/3

RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 23 de 23 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://sigec-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87




Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023


Hora: 08:59:38



Documento original eletrônico.
as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

1/1



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 003.821.657-48

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		RADIO SATELITE	24.069.718/0001-	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu



Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://mfrleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		LTDA	00								

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA Data: 02/10/2023 Hora: 09:00:48





Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

 Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		464.291.746-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 09:00:55




Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siaccio/ Novo_Siaccio/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

<https://www.leg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/?CodNuxeo=a4670373-7030-49e7-0040-84e2c3ab09e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda


Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.465.507-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023


Hora: 09:25:25



Documento original eletrônico.
as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

1/1



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 09:25:36



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 003.821.657-48

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		RADIO SATELITE	24.069.718/0001-	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu



Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://mrl-reg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		LTDA	00								


Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 09:25:43

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		464.291.746-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	<u>464.291.746-20</u>	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	<u>03.842.001/0001-71</u>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 09:25:53



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.465.507-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA


NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/05/2000
NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL		PORTE ME
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS Não informada		
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV EVALDO LODI	NUMERO 620	COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL	MUNICIPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR	TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/10/2023 às 09:04:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/10/2023 às 09:05 (data e hora de Brasília).

VOLTAR

IMPRIMIR

- Passo a passo para o CNPJ
- Consultas CNPJ
- Estatísticas
- Parceiros
- Serviços CNPJ

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/09/2023 a 18/10/2023

Certificação Número: 2023091909432614869267

Informação obtida em 02/10/2023 09:06:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:06:24 do dia 02/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/03/2024.

Código de controle da certidão: **70E8.DA3C.2C8D.4E81**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/10/2023CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
31/12/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AV EVALDO LODI

NÚMERO: 620

COMPLEMENTO: APT 01 ANDAR 1,

BAIRRO: ESTUDANTIL

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000692314150





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certidão nº: 53058473/2023

Expedição: 02/10/2023, às 09:15:21

Validade: 30/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.842.001/0001-71**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

02/10/2023 09:18:12

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial- Processo nº: 53900.027212/2014-61

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 02/10/2023 09:31

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 09:18

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRKODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

CNPJ/MF: 18.449.132/0001-60 Site: <http://www.frutal.mg.gov.br>

CERTIDÃO NEGATIVA

Identificação do Contribuinte:

RAZÃO SOCIAL: RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Endereço: , 324 Frutal MG

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos até a presente data, NÃO FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressaltando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Emitida em: 05/03/2024 15:06:18

Válida até o dia: 04/04/2024

Código de controle da certidão: B53EB48B25068D18E27F

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Frutal



Documento original eletrônico.

[al.mg.gov.br/portalcidadao/#78c3e513dd43cb27d8a3e2f376196fc656d7ea577b2c6fbce63ec3d411352eatbee7b388054dd25ac6ec...](http://www.frutal.mg.gov.br/portalcidadao/#78c3e513dd43cb27d8a3e2f376196fc656d7ea577b2c6fbce63ec3d411352eatbee7b388054dd25ac6ec...)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**

CPF/CNPJ: **03.842.001/0001-71**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:07:04 do dia 05/03/2024 , com validade até o dia 04/04/2024.


Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 72t8c0yp6lJLYiuiMY11

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



50



Filtrar

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe
FM-C4 (Ca	03842001000171	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	50012012335	P	Comercial	FM	230	MG	Frutal		253		98.5	C

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatriz@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/14/03:08 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57'46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°56'51.71" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°55'15.1" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'58.84" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'42.23" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'31.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA				CNPJ 03842001000171	
Nº DA ESTAÇÃO 323691021	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 01' 19.99" S	LONGITUDE 48° 54' 19.01" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2699.			DISTRITO		
BAIRRO Progresso			MUNICÍPIO Frutal		UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 23/02/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 98.5 MHz CANAL: 253

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 575

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYT534

NOME FANTASIA: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Frutal

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: AVENIDA EUVALDO LODI BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

NÚMERO: 620 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NÚMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda MODELO: TFM 300

CÓDIGO: 012830602337 POTÊNCIA: .088 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA MODELO: MT-FMA 2

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: Circular

GANHO: -0.06 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

BEAM TILT: .00 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 76 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: GANHO: dBd

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: Circular

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

BEAM TILT: .00 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 05/03/2024 14:48:35



Documento original eletrônico.


Emitido Em
07/06/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUxZDZjNDhkNmU3ZmEo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>




a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 14:58:39




Agência de Regulação de Telecomunicações

BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		003.821.657-48									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO METROPOLITANA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano



NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		DE VESPASIANO LTDA									


Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 14:58:48




a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		464.291.746-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 15:01:10



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.465.507-31											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 15:01:44



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:01:57 do dia 05/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir

Voltar





Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **ANDRE LUIS TELES GHILLIONI**

Data/Hora: **05/03/2024 15:02:26**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Nº FISTEL: 50012012335

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 03842001000171

Situação: Ativa

Data Validade: 23/02/2015

☒ **CADIN:** Não

Incidê FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** MG

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Evaldo Lodi 620 - Apartamento 01 - 1º Andar

Bairro: Estudantil

Município: Frutal

CEP: 38200-000

UF: MG

End. Corresp.: ESTRADA DOS BANDEIRANTES 1000

Bairro: TAQUARA

Município: Rio de Janeiro

CEP: 22710-113

UF: RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	20/09/2004	R\$ 113.675,00	20/09/2004	113.675,00	113.675,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2006	23/02/2006	R\$ 113.675,00		0,00	0,00	0002	Cancelado	0,00
6530	0	2007	06/07/2007	R\$ 113.675,00	06/07/2007	113.675,00	113.675,00	0003	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2009	20/07/2009	R\$ 120,00	22/06/2009	120,00	120,00	0004	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	09/09/2016	R\$ 1.000,00	31/10/2016	1.181,60	1.181,60	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	22/03/2017	330,00	330,00	0006	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	22/03/2017	50,00	50,00	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	01/10/2017	R\$ 200,00	20/10/2017	212,54	212,54	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	13/03/2018	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	13/03/2018	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	21/03/2019	330,00	330,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	20/03/2019	50,00	50,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	21/08/2020	330,00	330,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	20/08/2020	50,00	50,00	0016	Quitado	0,00
1330 - TFF-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	03/12/2020	554,15	554,15	0017	Quitado	0,00
4201 - CFRP-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	03/12/2020	83,96	83,96	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	11/03/2021	330,00	330,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	11/03/2021	50,00	50,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	28/03/2023	330,00	330,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	28/03/2023	50,00	50,00	0024	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/07/2023	R\$ 1.000,00	05/06/2023	1.000,00	1.000,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 330,00		0,00	0,00	0026	Deb.a Vencer	330,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 50,00		0,00	0,00	0027	Deb.a Vencer	50,00

Total devido em 05/03/2024 (em reais):

380,00

Total de créditos em 05/03/2024 (em reais):

0,00

Campo Situação

Documento original eletrônico.

is.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO FM
DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
LOCALIDADE DE FRUTAL, ESTADO DE
MINAS GERAIS.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e a RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., CNPJ n.º 03.842.001/0001-71, representada por seu Procurador, Genevaldo de Freitas Filho, RG n.º 6.823.345 SSP/MG, CPF/MF n.º 953.406.706-78, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 675, de 08 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 014/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;

[assinatura]





- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 113.675,00 (cento e treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.



Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.


Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada preterita, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6-(seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 667, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 815, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Filantrópica de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 668, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 26 de março de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 669, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CLARET para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Claret para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 670, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO COMUNICATIVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 436, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Comunicativa FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 671, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 672, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à CAM-ARGO FUNDAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tatui, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 561, de 18 de setembro de 2001, que outorga permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tatui, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 673, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 674, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à ACROPOLE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Acropole Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 675, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 676, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 340, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 677, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA & VIEIRA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 373, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Oliveira & Vieira Radiodifusão e Produção Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

03.542.001/0001-71

Rua Rui Scaim, 321 - Belo Horizonte -

Frutal/MG - CEP: 38.200-000



PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	251 03 02
Página:	72 Sec: 1
ANOTADO POR:	Rose

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 365 , DE 19 DE MARÇO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000619/2000, Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, resolve:

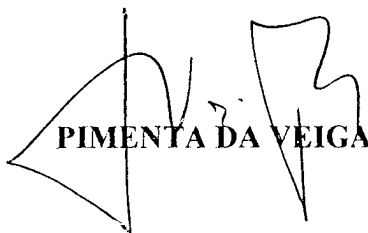
Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 30/05/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL</div>		<div>PORTE ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV EVALDO LODI</div>	<div>NÚMERO 620</div>	<div>COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;</div>
<div>CEP 38.200-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL</div>	<div>MUNICÍPIO FRUTAL</div>
<div>UF MG</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/03/2024 às 15:54:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/03/2024 às 15:54 (data e hora de Brasília).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a

! não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e sons e** **gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53900.027212/2014-61**Entidade:** RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**CNPJ nº:** 03.842.001/0001-71**FISTEL nº:** 50012012335**Localidade:** Frutal/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 06/11/2014**Período:** 23/02/2015 a 23/02/2025**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	0234907 Pág. 1	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	- Comprovação da legitimidade, conforme SIACCO 0244574 - Pág. 5 e 1º AC (5036470 - Págs. 11-21).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10744003 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11405726 Págs. 6-11</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Pág. 4</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Pág. 7</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11405940 Pág. 9	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11142827 Pág. 4 E 11142827 Pág. 5 M 11405722 Pág. 1	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11405726 Pág. 12	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11142827 Pág. 4 FGTS 11142827 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11142827 Pág. 6	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	ZELINO JOSÉ FRANCISCO 10744003 pág. 12 JOSIAS GONÇALVES DA CRUZ 10744003 pág. 13 LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES 10744003 pág. 14	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	



11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11405726 Pág. 5	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11405726 Págs. 14-17	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11143109	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11405722 Pág. 2	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
---	---	-----	--	--

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405727** e o código CRC **795F1AA3**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 11405727



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.842.001/0001-71**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50012012335** referente ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2002 e Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de outubro de 2003 (SEI 11405940 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de fevereiro de 2005 (SEI 11405940 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0234907 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 23 de agosto de 2014 a 23 de novembro de 2014.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11405727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11405727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/direntes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 6 de março de 2024 (SEI 11405726 - Págs. 6-11).



Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica objeto do serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica.

Documento original eletrônico.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Josias Gonçalves da Cruz compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Vespasiano/MG, Cantagalo/RJ, Vitória da Conquista/BA, Patrocínio Paulista/SP, e Igarassu/PE; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Rio Grande/RS. Já o sócio Zelino José Francisco participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Grande/MS; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande/MS. Por fim, tem-se que o sócio Luiz Antônio Zanto Campos Borges não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI11405726 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11143109).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11405727).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11142827 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de junho de 2023, com validade até 23 de fevereiro de 2025 (SEI 11405726 - Págs. 1 e 5).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI11405726 - Págs. 14-17). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11406052).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405949** e o código CRC **6F85D7AD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11406065)
- Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11405949



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA**, Pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11406065** e o código CRC **970B16F4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11406065

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11406067** e o código CRC **E593DBB9**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11406067



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12501, DE 11 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415684** e o código CRC **4C5E2E37**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415684



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 11 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 12501, de 11 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415689** e o código CRC **8BCBEE24**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415689



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48046/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12501/2024(11415684) e a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 3928/2024 (11405949), encaminho a Portaria nº 12501/2024(11415684) e a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415696** e o código CRC **243FEAC9**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415696



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 16:14:19
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10247064
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21505503	PORTARIA MCOM NA 12501.rtf	61faf38086a213429657b77d8fc3bcb3	8,00	R\$ 311,36
21505504	PORTARIA MCOM NA 12500.rtf	42840461439d178ae461d38ed176652a	8,00	R\$ 311,36
21505505	PORTARIA MCOM NA 12502.rtf	2dd4179b02a725ed2476e813a40a60f9	8,00	R\$ 311,36
21505506	PORTARIA MCOM NA 12503.rtf	f17efd4988397586c116038b70b786e6	8,00	R\$ 311,36
21505567	PORTARIA MCOM NA 12556.rtf	8b7a1ae6d73237f174632b7b725eed1d	8,00	R\$ 311,36
21505568	PORTARIA MCOM NA 12246.rtf	269364cbd11df4dbed4c8b2af2c62364	24,00	R\$ 934,08
21505569	PORTARIA MCOM NA 12247.rtf	89bfe8b810ad48c76bb29d9f76666eab	26,00	R\$ 1.011,92
21505570	PORTARIA N. 12498.rtf	c6b669e80d2a471ba79298fdd5aa7b7e	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			98,00	R\$ 3.814,16

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.501, DE 11 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatriz@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.05.2015 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57'46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°57'6.43" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°54'58.84" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'58.84" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'42.23" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'31.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.027212/2014-61	12501	Portaria	MC	11/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48937/2024/MCOM

Brasília, 03 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11415689)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 3928/2024 (11405949), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/04/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11454617** e o código CRC **015725A4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11454617



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12501, de 11 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11745/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.027212/2014-61.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 04/04/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456570** e o código CRC **069546C4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11456570



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ILUSTRÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES**Ref. Requerimento de Renovação de Outorga (Tempestiva)****Serviço: FM Comercial****Localidade: Frutal/MG**

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, vem, por seu representante legal **Victor Soares Marques Ferreira**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040 respeitosamente, requerer **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para exploração do **serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), canal 235, 98,5Mhz, Classe C, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, por mais 10 (dez) anos.**

Informa que o presente requerimento é devidamente instruído conforme a Portaria nº. 329 de 2.012 e com o rol de documentos indicado no ANEXO II da Portaria.

Quanto ao Laudo de Ensaio do Transmissor, desde já opta por se submeter à vistoria técnica da ANATEL, razão pela qual deixa de apresentar o Laudo e a respectiva ART.

Por fim, requer que eventuais ofícios e comunicações pertinentes a este procedimento sejam encaminhados ao escritório Ribeiro Soares Advogados Associados, aos cuidados do advogado Alexandre Henrique Costa Dias, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 116.918, com endereço na Estrada dos Bandeirantes nº. 1000, Taquara, Rio de Janeiro, Capital – CEP 22.710-112, a quem outorgamos poderes para condução do processo junto ao Ministério das Comunicações, conforme instrumento de mandato em anexo.

Nestes termos,

pede deferimento

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira

MG/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL

Em 06/11/14 às 1
Nome Lúcia Barbosa Gomes



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, na forma do item II do Anexo 2 da Portaria nº. 329 de 2.012, declara que:

(i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada;

(ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;

(iii) nenhum dos sócios integra o quadro social de outra entidade executante do mesmo serviço de radiodifusão no município de Frutal - MG, nem de outras empresas de radiodifusão em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei nº. 236 de 1.967.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, na forma do item III do Anexo 2 da Portaria nº. 329 de 2.012, declara que: **somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.**

Frutal/MG – 23 de setembro de 2.014

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Victor Soares Marques Ferreira



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, na qualidade de representante legal da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, permissionária do serviço de radiodifusão comercial em FM no Município de Frutal - Estado de Minas Gerais, declara, para todos os efeitos que :

- 1) não infringe a vedação prevista no art. 220, §5º da Constituição Federal;
- 2) que atende e cumpre com os valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, conforme o art. 221, inciso IV, da Constituição Federal;
- 3) que atende à finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, conforme o art. 221, inciso II, da Constituição Federal;
- 4) que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 5) que atende e cumpre com as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (art. 220, §4º da Constituição Federal) e legais (Lei nº. 9294/1996);
- 6) que conhece e adere às cláusulas que regulam as relações da permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de renovação seja atendido;
- 7) que atende e cumpre os seguintes percentuais em sua grade de programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas



educacionais, como comprova a cópia da grade de programação em anexo.

8) que o próprio representante é o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2014



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

Victor Soares Marques Ferreira



PROCURAÇÃO

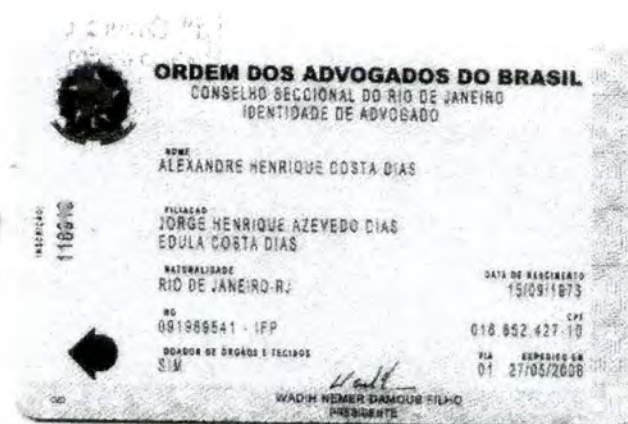
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, bairro Estudantil, Frutal, Minas Gerais, CEP 38.200-000, vem, por seu representante legal **Victor Soares Marques Ferreira**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife – Pernambuco, CEP 51.021-040, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), canal 235, 98,5Mhz, Classe C, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, nomeia e constitui como seu advogado **Alexandre Henrique Costa Dias**, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 116.918 e no CPF sob o nº. 016.652.427-10, com escritório na Estrada dos Bandeirantes nº. 1000, Taquara, Rio de Janeiro, RJ, a quem outorga especificamente poderes para **atuar junto ao Ministério das Comunicações no procedimento de Renovação de Outorga**, podendo, para tanto, rubricar e assinar documentos, retirar ou solicitar guias, pagar taxas, requerer correções ou retificações, emitir declarações, peticionar, interpor recursos, receber ofícios e comunicações pela via postal e/ou eletrônica (Sei/CADSEi) praticando, enfim, tudo mais que se faça necessário à renovação da outorga e andamento do respectivo processo.

Frutal/MG – 23 de setembro de 2014

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

Victor Soares Marques Ferreira





15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 5233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apremiado
Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,10

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPB43531-UK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0234307)

SEP 33300.027/2014-617 pg. 8

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CNPJ/MF nº. 03.842001/0001-71

Ingresso de sócios;
Cessão e transferência de quotas;
Alteração na Administração;
Alteração da Sede;
Reativação da Sociedade;
Consolidação do Contrato Social e Adaptação ao Código Civil de 2.002.

Pelo presente instrumento particular, **LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Antônio de Paula, 171 - Centro, portador da identidade nº MG-584.439, expedida pela SSP/MG em 24/09/1996, inscrito no CPF/MF sob o nº 464.291.746-20 e **ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI**, brasileira, casada, servidora pública, residente e domiciliada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Senador Gomes da Silva, 894 - Centro, portadora da identidade nº M-5.717.784, expedida pela SSP/MG em 05/08/1988 e inscrita no CPF/MF sob nº 719.701.856-00, únicos sócios da **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME**, sociedade limitada, com sede na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Raul Soares, 324 - Centro - CEP 38.200-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.842.001/0001-71, com instrumento de Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 3120597158-5, em sessão de 30 de maio de 2000, e ainda na qualidade de novos sócios, **VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, Bacharel em Direito, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.743.817-23 e portador da identidade nº. 12.889.944-0, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040 e **JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA**, brasileira, casada, no regime de comunhão parcial de bens, Gerente de Marketing, portadora da identidade nº 11.346.108-1, expedida pela SSP/RJ em 02/08/2004, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.559.107-89, residente e domiciliada na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040 resolvem, de comum e pleno acordo, alterar e consolidar o Contrato Social, nos seguintes termos:

INGRESSO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.816



Cláusula Primeira Ingressam na sociedade os sócios **Victor Soares Marques Ferreira** e **Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira**, qualificados no preâmbulo deste instrumento, mediante cessão parcial que faz o cotista **Luiz Antônio Zanto Campos Borges**, de 15.000 (quinze mil) cotas, equivalentes a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo 7.500 (sete mil e quinhentas) cotas, equivalentes a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada um dos novos sócios ora admitidos.

Parágrafo Único Declara o cedente haver recebido todos os seus direitos inerentes às cotas cedidas, tanto perante os cessionários como perante a sociedade, conferindo plena e total quitação de modo irrevogável e irretratável.

Cláusula Segunda Com a cessão de quotas acima consignada, o quadro societário da **Rádio FM de Comunicação Frutal LTDA-ME** passa a ser:

Nome do Titular	Cotas	Valor
Luiz Antônio Zanto Campos Borges	10.000	R\$ 10.000,00
Ana Cláudia Brito Marchi	5.000	R\$ 5.000,00
Victor Soares Marques Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Total	30.000	R\$ 30.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Terceira As partes convencionam que a administração da sociedade e o uso da denominação social competirá ao sócio **Victor Soares Marques Ferreira**, com a designação de sócio administrador, que a representará ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, agindo sempre na defesa da sociedade e dos interesses sociais, ficando dispensado de prestar caução.

DA PRÉVIA APROVAÇÃO DO PODER CONCEDENTE

Cláusula Quarta A presente alteração dos quadros societário e administrativo da sociedade permissionária conta com a devida aprovação do Ministério das Comunicações, conforme a Portaria nº. 290 de 18 de Maio de 2.009, publicada no



Paraná, 10 de Maio de 2014
Advogado
OAB/RJ 118.916



Diário Oficial da União no dia 04 de junho de 2010 – seção 1 – página 63, tudo conforme o art. 38, alíneas “b” e “c” da Lei nº. 4.117 de 1.962.

DA TRANSFERÊNCIA DA SEDE

Cláusula Quinta Os sócios resolvem transferir a sede social da **Rádio FM de Comunicação Frutal LTDA-ME**, que deixa de ser na Rua Raul Soares, 324 - Centro - CEP 38.200-000, Frutal, Estado de Minas Gerais e passa a ser na **Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, Bairro Estudantil, Frutal, Estado de Minas Gerais CEP 38.200-000.**

DECLARAÇÕES DOS NOVOS SÓCIOS

Cláusula Sexta Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os novos sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer a administração da sociedade ou atividade empresarial.


DA REATIVAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Sétima Considerando que a sociedade sofreu medida administrativa com base na Instrução Normativa nº. 72/98 do DNRC, os sócios requerem neste ato a reativação da sociedade.

DA CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Cláusula Oitava De modo a atender as determinações de Direito Empresarial e Civil emanadas pelo Código Civil de 2002 deliberam os sócios pela revogação de todos os dispositivos e cláusulas do Contrato Social, passando a sociedade a ser regida e regulada consoante as cláusulas e disposições da Consolidação do Contrato Social adiante estipulada.



Assinatura: 
Advogado
OAB/RJ 113.918



RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CNPJ/MF: 03.842001/0001-71

DOS SÓCIOS

**Cláusula Primeira
Frutal LTDA-ME:**

São sócios da **Rádio FM de Comunicação de**

LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES, brasileiro, casado, médico, portador da identidade nº MG - 584.439, expedida pela SSP/MG em 24/09/1996, inscrito no CPF/MF sob o nº 464.291.746-20, residente e domiciliado na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, Rua Antônio de Paula, 171 - Centro;

ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI, brasileira, casada, servidora pública, portadora da identidade nº M-5.717.784, expedida pela SSP/MG em 05/08/1988, inscrita no CPF/MF sob o nº 719.701.856-00, residente e domiciliada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua Senador Gomes da Silva, 894 - Centro;

VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, bacharel em Direito, portador da identidade nº. 12.889.944, expedida pela SSP/RJ em 18/08/2005 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 090.743.817-23, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040;

JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, Gerente de Telemarketing, portadora da identidade nº 11.346.108-1, expedida pela SSP/RJ em 02/08/2004, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.559.107-89, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 3.405, Apartamento 203, Boa Viagem, Recife - Pernambuco, CEP 51.021-040.

Armando de Azevedo C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.916



DA DENOMINAÇÃO, FORMA, SEDE E FILIAIS

Cláusula Segunda A Sociedade possui a denominação social **RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA-ME**, permitida a adoção de expressão de fantasia.

Cláusula Terceira A sociedade se constitui como pessoa jurídica de direito privado direcionada à atividade empresarial e adota a forma de Sociedade Limitada, prevista no artigo 1.052 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Cláusula Quarta A sede da sociedade se localiza na Avenida Evaldo Lodi nº. 620, apartamento 01, 1º andar, Bairro Estudantil, Frutal, Estado de Minas Gerais, CEP 38.200-000.

Parágrafo único: Fica autorizada a abertura de novas filiais ou escritórios de representação comercial em todo o território nacional por meio desimples instrumento de deliberação do administrador, com observância às Instruções Normativas do Departamento Nacional de Registro de Comércio e o respectivo registro na Junta Comercial.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Quinta A sociedade tem por objeto a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de rádio chamada de interesse público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, com finalidades em consonância com as disposições do artigo 3º do Decreto nº. 52.795, de 31 de outubro de 1.963, ou seja, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportar os encargos da empresa e a sua necessária expansão.



Alexandre Henrique C. Dias
Advogado
OAB/RJ 113.918



Parágrafo Único: A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967.

DO PRAZO

Cláusula Sexta A sociedade iniciou suas atividades com o arquivamento de seus atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e o prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Sétima O Capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 30.000,00, (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, e assim distribuído entre sócios:

Nome do Titular	Cotas	Valor
Luiz Antônio Zanto Campos Borges	10.000	R\$ 10.000,00
Ana Cláudia Brito Marchi	5.000	R\$ 5.000,00
Victor Soares Marques Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Jamile de Albuquerque da Silva Ferreira	7.500	R\$ 7.500,00
Total	30.000	R\$ 30.000,00

§1º A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, em conformidade com as disposições do artigo 1.052 do Código Civil.

§2º As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

§3º As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.



Alexandre C. Das
Advogado
OAB RJ 113.918



DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Oitava

A Sociedade será administrada, isoladamente, pelo sócio **Victor Soares Marques Ferreira** na função de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de administração e representação da sociedade, ativa e/ou passivamente, em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos, atos deliberativos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensado a prestação de caução.

§1º O administrador da sociedade será brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de ter sido aprovado pelo Poder Concedente.

§2º Para a prática de atos de disposição de bens imóveis, bem como, para a constituição de ônus reais sobre eles, haverá a necessidade da anuência dos sócios que representem a maioria do Capital Social, sendo permitida a manifestação de sócios por procuração.

§ 3º É vedado, sob pena de nulidade, o emprego da denominação social em avais, fianças ou endossos de favor, ou de qualquer ato por sua natureza gratuito e estranho ao objeto social.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E RESULTADOS

Cláusula Nona

No dia 31 de dezembro de cada ano encerrar-se-á o exercício empresarial, apurando-se o balanço da sociedade com os lucros ou prejuízos a serem divididos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias; facultando-se, ainda, a aplicação em aumento de capital social.

DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DO ADMINISTRADOR



Alexandre Henrique C. Das
Advogado
OAB RJ 113.916



Cláusula Dez Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social/empresarial, os sócios se reunirão para apreciar e deliberar sobre as contas do administrador.

DO PRO LABORE

Cláusula Onze Os sócios que participarem da administração da sociedade poderão receber remuneração mensal a título de pró-labore, mediante acordo prévio de cotistas.

DO FALECIMENTO E DA RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Doze A morte ou afastamento de um dos sócios, não implicará na dissolução da sociedade. Ocorrendo o caso de morte de um dos sócios, o sócio remanescente chamará os herdeiros, se assim desejarem, para compor a sociedade com as quotas do sócio falecido, sendo facultado aos herdeiros, o direito de vender as quotas a terceiros sendo que o adquirente das quotas, deverá pagar no ato da compra o valor das quotas em moeda corrente nacional ou bens móveis ou imóveis depois de realizado o balanço patrimonial.

DO DESIMPEDIMENTO

Cláusula Treze Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer regularmente a administração da sociedade ou a atividade de empresa.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ATIVIDADE DE RÁDIO-DIFUSÃO



Américo Antônio C. Das
Advogado
OAB/RJ 113.914



Cláusula Catorze

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

§1º A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§2º Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

§3º Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

§4º A Sociedade se compromete por seu administrador e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, exceto aquelas que não impliquem na modificação dos objetivos sociais, redução do capital social, mudança do quadro diretivo e cessão de quotas que resultem em alteração do controle societário, hipótese em que o Poder Concedente será informado das alterações estatutárias no prazo máximo de 60 dias; conforme o art. 38, alíneas "b" e "c" da Lei nº. 4.117 de 1.962.

DA SUBSIDIARIEDADE LEGAL

Cláusula Quinze

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro, a Lei. nº. 6.404 de 1.975, Lei nº. 4.117 de 1.962 e o Decreto nº. 52.795 de 1.963.



Alexandra Ferreira C. Das
Advogada
OAB RJ 113.914



DO FORO

Cláusula Dezesseis

Os sócios elegem o foro da Comarca da sede da empresa, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas ou omissas da presente consolidação.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento de alteração do contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Frutal - MG - 20 de agosto de 2011



LUIZ ANTÔNIO ZANTO CAMPOS BORGES



ANA CLÁUDIA BRITO MARCHI

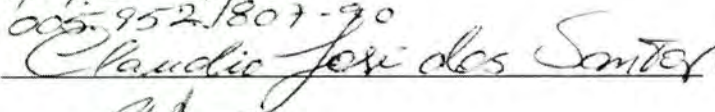



VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA



JAMILE DE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA

Testemunhas

414.373 + AER.
005-952/807-90



LUANA RESSUE BARROS DASILVA
ID: 32128430-3
CPT: 056112617-51

Alexandra Antunes C. Dias
Advogada
OAB RJ 113.914

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O NRO. 4877287
EM 29/06/2012



PARA O FIM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA - ME

PROTÓCOLO: 12/194.528-6

AF0375697

Reconhecimento de Firma
24º Ofício de Notas

Reconhecimento de Firma
24º Ofício de Notas

SERVIÇO DE REGISTRO DE
LEANDRO SOARES DA SILVA
Substituto
Tel.: 2524-5112 / 7866-6455



CANTÓRIO DO 2º. OFÍCIO DE NOTAS

PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG - FONE: (34) 3421-8630

Reconheço a(s) firma(s) Helenice de L. B. Dias

de R. Luiz Antônio

Campos Boque e Ana

Cláudia Cristóvão

Frutal/MG, 29 de abril de 2012

Em test. 164910 da verdade

Helenice de L. B. Dias Tab. Substituta



15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apres

Rio de Janeiro, 08 de Setembro de 2014

FUNPERI:0,21 FUNDEPERI:0,21 FETI:0,86 FUNARPEN:0,16 FETI:0,86 FCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT: 94/13809- LEANDRO SOARES DA SILVA ESCRIVENTE

EAMP45876-MCS Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/@codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento ON (025450)

SEI 33906.027212/2014-01 pg. 19

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
22/09/2014

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
21/12/2014

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO DE FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Cancelado

LOGRADOURO: RUA RAUL SOARES

NÚMERO: 324

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2014000078496181





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:37:13 do dia 06/10/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/04/2015.

Código de controle da certidão: **245A.BBC9.9964.BCC9**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE
ALEXANDRE HENRIQUE COSTA DIASSistemas
InterativosBOLETO » » Nada Consta | [menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:08:20 do dia 30/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<http://sistemas.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

30/10/2014

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				Código da Entidade Sindical S-05140	
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE		UF MG	
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME					
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1:,		
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL		UF MG	Código Atividade 601
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 241,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 431,39	
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 672,39	
104-010499.70518 40617.700006 05005.315014 3 44990000067239					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005315	Valor do documento 672,39	Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010

Autenticação Mecânica

672/39RD1002

CEP31130102014065241000527

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/3cpdNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0234307)

SEI33300.027212/2014-017 pg. 23

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi aprem
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014.

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNARPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:R\$10,52

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105414-ZEM Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262

15. Ofício de Notas





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				31/01/2011	2011
Código da Entidade Sindical S-05140					
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE		UF MG	
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME					
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1:,		
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL		UF MG	Código Atividade 601
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 250,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 357,50	
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 607,50	
104-010499.70518 40617.700006 05005.316012 6 48640000060750					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005316	Valor do documento 607,50	Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011

Autenticação Mecânica

607,50RD1002

CEF31130102014070241000530

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFICIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apor
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014
FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNAPERU:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05413-EAB Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Mat-tr 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 011 (0254507)

SEI35306.027212/2014-01 pg. 26

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento 31/01/2012		Exercício 2012	
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				Código da Entidade Sindical S-05140			
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803		CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71		
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE			UF MG		
Dados do Contribuinte				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71			
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME							
Endereço AV EVALDO LODI		Número 620	Complemento APT: 01, ANDAR: 1;				
Cep 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL			UF MG	Código Atividade 601	
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição			
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 260,00			
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos			
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 278,20			
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00			
				(-) Valor Cobrado 538,20			
104-0 10499.70518 40617.700006 05005.317010 9 52290000053820							
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005317		Valor do documento 538,20		Vencimento 31/01/2012	
						Exercício 2012	

Autenticação Mecânica

538/20RD1002

CEF311130102014071241000532

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento ON (0254507)

SEI33300.027212/2014-01/pg. 27

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNAMPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAPI05412-BAQ Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º - **Ofício de Notas**

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrivente

Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 011 (0254507)

SEI 33906.027212/2014-01, pg. 28

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS 001111			Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
Endereço R DOMINGOS VIEIRA 587 SL 803			Código da Entidade Sindical 000.000.000.05140-3	
Bairro/Distrito SANTA EFIGENIA	Número 30150-240	Complemento BELO HORIZONTE	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
CEP 38200-000	UF MG	Cidade/Município FRUTAL		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNIC FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV EVALDO LODI			Número 620	Complemento APT 01 AND 01
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

☒ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa 30.000,00	Nº Empregados Contribuintes
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes
	Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
240,00

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

104-0

10499.70518 40617.703844 20010.001012 4 59600000024000

Código do Cedente 000.000.000.05140-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 240,00	Data Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

2013

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFICIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente copia é fiel reprodução do original que me foi apres
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAPI05415-AAR Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente

01-17-12



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 011 (0254507)

SEI 33906.027212/2014-01, pg. 30

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				31/01/2014	2014
Código da Entidade Sindical S-05140					
Endereço		Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
RUA DOMINGOS VIEIRA		587	CONJ. 803	26.271.338/0001-71	
Cep	Bairro/Distrito	Cidade / Município		UF	
30150-240	SANTA EFIGÊNIA	BELO HORIZONTE		MG	
Dados do Contribuinte					
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço		Número	Complemento		
AV EVALDO LODI		620	APT: 01, ANDAR: 1,;		
Cep	Bairro/Distrito	Cidade/Município		UF	Código Atividade
38200-000	ESTUDANTIL	FRUTAL		MG	601
Dados de Referência da Contribuição				Dados da Contribuição	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 240,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multas 84,00	
				(+/-) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 324,00	
104-010499.70518 40617.700006 05005.319016 1 59600000032400					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005005319	Valor do documento 324,00	Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014

Autenticação Mecânica

324,00R\$1002

CPF31130102014072241000535

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0254507)

SEI33300-027212/2014-01/pg. 31

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNARPEN:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105410-YTJ Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrevente

Matr 94-17 02





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento
30/04/2010

Exercício
2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO EST. MG

Código da Entidade Sindical
S-07286

Endereço
RUA DA BAHIA

Número
1148

Complemento
CONJ 1907

CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06

Bairro/Distrito
CENTRO

CEP
30160-906

Cidade/Município
BELO HORIZONTE

UF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - ME

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71

Endereço
AV. EVALDO LODI

Número
620

Complemento
APTO 01 1º AND

CEP
38200-000

Bairro/Distrito
ESTUDANTIL

Cidade/Município
FRUTAL

UF
MG

Código Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados

☐ Prof. Liberal

☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
02

(-)Desconto/Abatimento

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
1.161,25

(-)Outras Deduções

Total Empregados - Estabelecimento
02

(+)Mora/Multa

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+)Outros/Acréscimos

PAGAR ATÉ 30/10/2014

(=)Valor Cobrado

v. 2.9.1

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 6 45880000000000

Código do Cedente
S-07286

Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2010

Exercício
2010

Autenticação Mecânica

CEF311130102014073241000535

104,49RD1002



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0254507)

SEI 33300.027212/2014-01 pg. 33

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 4233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAP105409-YZH Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15. Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.brVencimento
30/04/2011 Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RÁDIOFUSÃO E TELEVISÃO EST. MGCódigo da Entidade Sindical
S-07286Endereço
RUA DA BAHIANúmero
1148Complemento
CONJ 1907CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06Bairro/Distrito
CENTROCEP
30160-906Cidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - MECPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71Endereço
AV. EVALDO LODINúmero
620Complemento
APTO 01 1º ANDCEP
38200-000Bairro/Distrito
ESTUDANTILCidade/Município
FRUTALUF
MGCódigo Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
02

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
1.221.05Total Empregados - Estabelecimento
02

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
40.70

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa
37.44(+) Outros/Acréscimos
17.07(=) Valor Cobrado
95.21

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

PAGAR ATÉ 30/10/2014

v. 2.9.1

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 1 49530000000000

Código do Cedente
S-07286Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2011Exercício
2011

Autenticação Mecânica

CEF311130102014074241000543

95,21RD100Z



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/Nuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0234307)

SEI 33300.027212/2014-01 pg. 35

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado em
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPPJ:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAP105411-DYK Consulte em <https://www4.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escrivente

Matr. nº 17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 011 (0254507)

SEI 33906-02/2014-017 pg. 36

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.brVencimento
30/04/2012Exercício
2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND. TRAB.EMP. DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO EST. MGCódigo da Entidade Sindical
S-07286Endereço
RUA DA BAHIANúmero
1148Complemento
CONJ 1907CNPJ da Entidade
17.450.305/0001-06Bairro/Distrito
CENTROCEP
30160-906Cidade/Município
BELO HORIZONTEUF
MG

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - MECPF/CNPJ/Código do Contribuinte
03.842.001/0001-71Endereço
AV. EVALDO LODINúmero
620Complemento
APTO 01 1º ANDCEP
38200-000Bairro/Distrito
ESTUDANTILCidade/Município
FRUTALUF
MGCódigo Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador☒ Empregados☐ Prof. Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros/Acréscimos

(=) Valor Cobrado

v. 2.9.1

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 5 53190000000000

Código do Cedente
S-07286Nosso Número
038420010001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2012Exercício
2012

Autenticação Mecânica

CEF31130102014075241000549

92,22RD1002



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0234307)

SEI 33900.027212/2014-61 pg. 37

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apremiado em
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014.

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERU:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVÃO
EAPI05407-ZFK Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivão
Matr. 94/17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 014 (025/1507)

SEI 33300.027212/2014-01, pg. 38

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87


GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
 Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG 000081			Vencimento 31/07/2013	Exercício 2013
Código da Entidade Sindical 000.000.264.07286-3				
Endereço RUA DA BAHIA 1148 1907	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 17.450.305/0001-06	
Bairro/Distrito BELO HORIZONTE	CEP 30160-906	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV AV EVALDO LODI	Número 620	Complemento APT 01		
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição
 Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

 Capital Social - Empresa
 N° Empregados Contribuintes
 3

 Capital Social - Estabelecimento
 Total Remuneração - Contribuintes
 3.527,30

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição
 (=) Valor do Documento
 117,58

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 7 57760000011758

Código do Cedente 000.000.264.07286-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 117,58	Data Vencimento 31/07/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxco=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento S/N (0254507)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 39

117,58R1004

CEF3113007201316241002153

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABEILÃ
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3133-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente copia é fiel reprodução do original que me foi apres
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERJ:0,15 EMOJ:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,86

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO-ESCREVENTE
EAPI05405-RNH Consulte em <https://www3.trfj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrevente
Matr. 94.17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/@codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento 014 (0254507)

SEI 53506.027/2014-01 pg. 40

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2014

Exercício
2014

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST MG 000081			Código da Entidade Sindical 000.000.264.07286-3	
Endereço RUA DA BAHIA 1148 1907	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 17.450.305/0001-06	
Bairro/Distrito BELO HORIZONTE	CEP 30160-906	Cidade/Município BELO HORIZONTE	UF MG	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO FM DE COMUNICACO FRUTAL LTDA ME			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 03.842.001/0001-71	
Endereço AV EVALDO LODI	Número 620	Complemento		
CEP 38200-000	Bairro/Distrito ESTUDANTIL	Cidade/Município FRUTAL	UF MG	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes
3

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes
3.641,40

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
121,38

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70724 86617.703847 20010.001012 6 60490000012138

Código do Cedente 000.000.264.07286-3	Nosso Número 038420010001	Valor do Documento 121,38	Data Vencimento 30/04/2014	Exercício 2014
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigo=4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0254507)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 41

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

15. OFICIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apor
Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014
FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETI:0,86 FUNARPERU:0,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:5,94

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE
EAPI05406-OCX Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas
Rodrigo de Freitas Ribeiro
Escrivente
Matr. 94-17262

Ofício
Escritório
Matr.

Ofício
Escritório
Matr.



Hora	Segunda à Sexta	Sábado	Domingo
00	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
01	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
02	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
03	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus	A Hora da Graça de Deus
04	Cânticos de Fé	Cânticos de Fé	Cânticos de Fé
05	Nosso Sertão	Nosso Sertão	Nosso Sertão
06	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
07	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Domingo Nossa Rádio
08	Bom Dia Nossa Rádio (Local)	Curas e Milagres	Culto Ao Vivo
09	Caderno Nossa Rádio	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
10	Conexão Nossa Rádio (Local)	Conexão Nossa Rádio (Local)	Conexão Nossa Rádio
11	Na Mesa com o Senhor	Nossa Rádio Kids (Local)	Culto Ao Vivo
12	Sequência Premiada	Nossa Parada	Sequência Premiada
13	Arquibancada	Nossa Parada	Conexão Nossa Rádio
14	Papo de Mulher	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
15	Sequência Premiada	Sequência Premiada	Sequência Premiada
16	Conexão Nossa Rádio	Músicas e Músicos	Músicas e Músicos (reprise)
17	Roça Rádio	Roça Rádio	Roça Rádio
18	Giro Nossa Rádio	Culto Ao Vivo	Culto Ao Vivo
19	A Voz do Brasil	Motivação Empresarial	Conexão Nossa Rádio
20	Conexão Nossa Rádio	Nossa Rádio Ao Vivo	Nossa Rádio Ao Vivo
21	Sintonia do Amor	Tour Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus
22	Programa do Povo	Clássicos Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus
23	A Hora da Graça de Deus	Clássicos Nossa Rádio	A Hora da Graça de Deus

- Jornalísticos**Bom Dia Nossa Rádio Notícias** – Duração: 120 minutos**Giro Nossa Rádio** – Duração: 60 minutos**Arquibancada** – Duração: 60 minutos**- Educativos****Caderno Nossa Rádio** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Incentivo a literatura.**Motivação Empresarial** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Dicas para o novo empreendedor.**Nossa Rádio Kids** – Duração: 60 minutos. Conteúdo: Programação infantil educativa.

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-TABELIÃ
Rua do Ourvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 2014

FUNPERU:0,21 FUNDEPERU:0,21 FETJ:0,86 FUNARPERU:1,16 EMOL:4,10 PMCMV:0,08 TOTAL:R\$ 8,62

MAT:94/17262- RODRIGO DE FREITAS RIBEIRO ESCRIVENTE

EAP105408-JBM Consulte em <https://www8.tjrj.jus.br/sitepublico>

15º Ofício de Notas

Rodrigo de Freitas Ribeiro

Escritor

Matr. 94-17262



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0254507)

SEI33500.027212/2014-01, pg. 44

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2013

Identificação do Estabelecimento

CREA **590572164423**
Razão Social **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA ME**
CNPJ **03842001/0001-71**
CEI
CEI Vinculado
CNAE **6010100 - ATIVIDADES DE RADIO**
Endereço **AV EVALDO LODI, 620 APT 01 ANDAR 1**
Bairro **ESTUDANTIL**
Cidade/UF **FRUTAL / MG**
CEP **38200-000**

DECLARAÇÃO ENTREGUE

Data **19/03/2014**
Quantidades de vínculos **3**

Coordenação da RAIS

Brasília, 02/10/2014.

Código de Identificação do Recibo

.069.1777.7359.181.99

Declaração enviada com Certificado Digital

Para retificar a CNAE, acesse: http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento SN (0254507)

SEI 33906.027212/2014-01, pg. 45

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

RIO: 19/09/2014.

RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL.

Renovação

1 -Cópia da Grade de Programação.	OK	OK
2 -Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)	OK	OK
3 -Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)	OK	P?
4 -Comprovante de regularidade com o FISTEL	OK	OK
5 -Prova de regularidade relativa ao INSS	(?)	OK
6 -Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	(?)	I
7 -Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal	OK	OK
8 -Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada	OK	OK
9- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço	OK	
10- Cópia da última RAIS	OK	OK
11- Certidão atualizada da Junta Comercial	OK	OK
12- DECLARAÇÕES (R. Vitor Soares)	OK	OK
13- PROCURAÇÃO	OK	OK

CNPJ → 03.842.001.0001-71

Pendente:

- CERT. CONT. SINDICAL (EMPREGADOR) → OK
- CERT. CONT. SINDICAL (EMPREGADO) →
- PROVA DE REGULARIDADE (FGTS) →



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/CodNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Requerimento SN (0234307)

SEI33300.027212/2014-01 pg. 46

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Frutal

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal	19/09/1998	19/09/2008
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998

Usuário: - Data: **18/11/2014** Hora: **15:47:14**Registro **1** até **3** de **3** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 47



Sistemas Interativos

Menu Principal

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
253	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	MG	Frutal	FM	2	H	

Usuário: - Data: **18/11/2014** Hora: **15:47:50**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/ pg. 48

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MG
Município: Frutal
Frequência: 98,5 MHz
Classe: C
Canal: 253

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Dados da Entidade

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 323691021
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50012012335
CNPJ: 03.842.001/0001-71
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)
Último
Licenciamento:

☒ Dados do Plano Básico☒ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 38200000
Número: 324
Município: Frutal
Telefone:

Logradouro: RUA RAUL SOARES
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: MG

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 22710113
Número: 1000
Município: Rio de Janeiro

Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES
Complemento:
Distrito:
Bairro: TAQUARA
SubDistrito:

UF: RJ

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação:
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 50012012335

☒ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="25/03/2002"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="09/10/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 49

<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/05/2009"/>	Aprovação de Local ▶	<input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	◀ - Selecione - ▶	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="10/06/2009"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência ▶	◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶

+ **Característica da Estação Instalada**

+ **Dados do Licenciamento**

 Tela Inicial

 Imprimir

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 50



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.842.001/0001-71

RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Data: 18/11/2014

Hora: 15:49:04



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/ pg. 51



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 719.701.856-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [thaisaf.mc](#) - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Data: 18/11/2014 Hora: 15:50:48



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 52

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 074.559.107-89

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA** Data: **18/11/2014** Hora: **15:50:54**



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/ pg. 53



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 464.291.746-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Data: 18/11/2014 Hora: 15:50:59



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/ pg. 54



BOA TARDE

THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 090.743.817-23

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **thaisaf.mc - THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA** Data: **18/11/2014** Hora: **15:51:05**



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/ pg. 55

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Processo	Entidade	Serviços	Consulta Pública	Assunto
----------	----------	----------	------------------	---------

THAISA.OLIVEIRA - USUARIO AVANÇADO

Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	53000.027619/07	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	145	206	MG-8		Não
	53000.034391/12	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	114	206	MG 2		Não
	53000.040690/12	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA		201	DOC 01		Não
	53000.048781/08	MG	FRUTAL		RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	208		SARC-LTP	Não
	53000.065726/07	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	228		FM	Não
	53000.066855/07	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	102	228		SARC-LTP	Não
	53000.026282/09	MG	FRUTAL	253	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	111	211	ANATEL	FM	Não
	53710.000619/00	MG	FRUTAL	FM	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA	101	228		FM	Não

[Voltar](#)

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo RADTEC (0244577)

SEI 53500.027212/2014-617 pg. 56

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03842001000171

Emitida às 16:04:52 do dia 18/11/2014 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo 1-ANATEL (0244024)

SEI 53500.027212/2014-61 / pg. 57

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.027212/2014-61		
Entidade: RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA		
Localidade: FRUTAL	UF: MG	Serviço: FM
Período: 23/02/2015 A 23/02/2025		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			01 (0234907)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			02 (0234907)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			03; 04/05 (0234907)
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		2010-23/24 2011-25/26 2012-27/28 2013- 2014-29 A 32 (0234907) Incompleto
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			2010-33/34 2011-35/36 2012-37/38 2023-39/40 2014-41/42 (0234907)
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?		X		01 (0244624)
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?		X		
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?		X		



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist (0244624)

SET 53900.027212/2014-61 pg. 58

9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			21 (0234907)
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			20 (0234907)
11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?		X		
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		
			X		
			X		

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.

2. Representante (s) Legal (is): SRD E SIACCO – 0244574



Observações:

3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SRD E SIACCO – 0244574)
4. Existência de processo de transferência Direta: NÃO (RADTEC – 0244577).

Análise:

THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA
Técnico de Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 17493/2014/SEI-MC

Processo n.º: 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23/02/2015 a 23/02/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0244658), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento), referente à 2013;
- comprovante de regularidade com o FISTEL;
- prova de regularidade relativa ao INSS;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/Nuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 61

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira**, Analista Tec Administrativo, em 27/11/2014, às 16:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, Coordenador de Análise de Atos Societários, em 27/11/2014, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo**, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, em 28/11/2014, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0244662** e o código CRC **9F773CD3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/Nuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 17455 (0244662)

SEI 33500.027212/2014-017 pg. 62

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 19778/2014/SEI-MC

Brasília, 27 de novembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 17493/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 28/11/2014, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Ofício 19778 (0274677)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 63

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0244677** e o código CRC **48DEB18F**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Circulo 19776 (0244677)

SEI 33300:027212/2014-61 / pg. 64

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

OF: 19778/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA
(ESCRITÓRIO RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
ESTRADA DOS BANDEIRANTES Nº 1.000 – TAQUARA
CEP: 22.710-112 RIO DE JANEIRO/RJ
PROC.: 53900.027212/2014
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/>

Outros (origem externa) AR RM423212295BR (0313507)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 65



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

RM 42321229 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília-DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br>

Outros (origem externa) AR RM423212295BR (0313507)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 66

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 19778/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA
 (ESCRITÓRIO RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
 ESTRADA DOS BANDEIRANTES Nº 1.000 – TAQUARA
 CEP: 22.710-112 RIO DE JANEIRO/RJ
 PROC.: 53900.027212/2014
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

ATAIRE

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

RM 42321229 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84a2c3ab9e87>

(extrema) AN IN-LESDA 19/70 (07/2020)

34758300-02/21/2014-017 pg. 68

a4676373-2b3b-49e7-b040-84a2c3ab9e87

BOM DIA
Sérgio Rossi Junior

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.842.001/0001-71

RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**Data: **04/08/2016**Hora: **10:56:44**

Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI-55500-027212/2014-61 / pg. 69

04/08/2016 10:56

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 719.701.856-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [sergior.mc](#) - Sérgio Rossi Junior

Data: 04/08/2016

Hora: 10:57:03



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

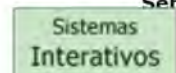
SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 70

04/08/2016 10:57

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOM DIA
Sérgio Rossi Junior



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 074.559.107-89

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JAMILE ALBUQUERQUE DA SILVA FERREIRA	074.559.107-89	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**

Data: **04/08/2016**

Hora: **10:57:28**



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Ceridão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 71

04/08/2016 10:57

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

BOM DIA
Sérgio Rossi JuniorSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 464.291.746-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: **sergior.mc - Sérgio Rossi Junior**Data: **04/08/2016**Hora: **10:57:48**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 72

04/08/2016 10:57

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Agência
de Regulação
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 090.743.817-23

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICTOR SOARES MARQUES FERREIRA	090.743.817-23	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [sergior.mc - Sérgio Rossi Junior](#)**Data:** 04/08/2016**Hora:** 10:58:01

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 73



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**

CNPJ: **03.842.001/0001-71**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:59:06 do dia 04/08/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/09/2016.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=14676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 74

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNoxao-a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 75

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Sistemas Interativos

Menu Principal

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
253	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	MG	Frutal	FM	2	H	

Usuário: - Data: 04/08/2016 Hora: 10:59:23

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MG
Município: Frutal
Frequência: 98,5 MHz
Classe: C
Canal: 253

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Dados da Entidade

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 323691021
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50012012335
CNPJ: 03.842.001/0001-71
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Nº Fistel: 50012012335

Coordenadas Geográficas do Município

Município:**Latitude:** **Longitude:** **Raio:**

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul**Longitude:** ° ' " **Local Específico:** **Coordenada**
pré-fixada?: Não

Características

Canal: 253**Frequência:** 98,5**Classe:** **Canal Educativo?:**

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99

Máximo: 250 **Digitados: 33****Observação:****Máximo: 250** **Digitados: 0****Is da Outorga**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 77

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone:

Fax:

Endereço de Correspondência

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo: Fistel:

[-] Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="25/03/2002"/>	Outorga	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="09/10/2003"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="18/05/2009"/>	Aprovação de Local	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="10/06/2009"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<input type="text" value="Jur."/>

[+] Característica da Estação Instalada

[-] Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA - CNPJ/CPF(03.842.001/0001-71)

Município/UF: FRUTAL/MG

Indicativo: ZYT534

Situação: Entidade não possui débitos

Canal PB: 253

Classe PB: C

Características de Operação

Classe: Canal:

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X

Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=1a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 78

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Frutal

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal	19/09/2008	19/09/2018
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998

Usuário: - Data: **04/08/2016** Hora: **11:00:35**

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoDoc=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Certidão obtida via Internet - Dados (1270164)

SEI 55500.027212/2014-61 / pg. 79

04/08/2016 11:00

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.027212/2014-61		
Entidade: Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda.		
Localidade: Frutal	UF: MG	Serviço: FM
Período(s): 23.2.2015 a 23.2.2025.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			1 6/7 (Procuração)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			2
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			3/4/5
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		X		23-32 (2010, 2011, 2012, 2014)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			33-42 (2010, 2011, 2012, 2013, 2014)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			6 (1270184)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;		X		
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;		X		
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			21
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			20
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;		X		



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist (127035817)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 80

criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância;	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x		x		
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x		x		
	Victor Soares Marques Ferreira		x		x		
DOCUMENTOS	NOME (S)	SIM	NAO	NÃO SE APLICA			
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
	Ana Claudia Brito Marchi		x				
	Jamile Albuquerque da Silva Ferreira		x				
	Luiz Antonio Zanto Campos Borges		x				
	Victor Soares Marques Ferreira		x				
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.							

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **atente parcialmente** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Sérgio Rossi Cargo: Analista - Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 19406/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61.

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1270301), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 3.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.4. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.6. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- 3.7. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.9. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- 3.10. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocIdNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 83

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

- 3.11. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);
- 3.12. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 3.13. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 05/08/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/08/2016, às 15:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1270310** e o código CRC **AB2A843B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=Nuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19.406/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1270329** e o código CRC **F6A6C227**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 1270329



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Ofício 29112 (1270329)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 85

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

10/08/2016 15:58:11

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1270329.html
Nota_Tecnica_1270310.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Protocolo nº: 53900.027212/2014-61

Certifico e dou fé que após busca realizada nesta unidade de Documentação e Informação, **não foi localizada até o momento**, complementação de documentação, exigida por Ofício, cuja expedição foi realizada eletronicamente.

Restituam-se os autos, para o prosseguimento da análise.

Em 11/01/2017



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível Superior**, em 11/01/2017, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1614213** e o código CRC **EA8D137C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 1614213



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Despacho 1614213 SEI 53900.027212/2014-61 pg. 87

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 1401/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitera-se os termos do Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 19.406/2016/SEI-MCTIC (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 13/01/2017, às 17:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1617312** e o código CRC **14C4DE07**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1401/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 1617312



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxco=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 19406/2016/SEI-MCTIC**Processo nº 53900.027212/2014-61.****Assunto: EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1270301), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

- 3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 3.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- 3.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- 3.4. prova de regularidade relativa ao INSS;
- 3.5. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.6. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;
- 3.7. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.8. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 3.9. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;
- 3.10. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

Documento original eletrônico.

http://www.sei.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1526630&infra_sistema=1000...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

- 3.11. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);
- 3.12. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 3.13. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Rossi Junior, Analista**, em 05/08/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 05/08/2016, às 15:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1270310** e o código CRC **AB2A843B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

http://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1526630&infra_sistema=1000...

[http://Anexo%20NT%20N%2013406%20CP%20N%2020172%20\(1017517\).pdf](http://Anexo%20NT%20N%2013406%20CP%20N%2020172%20(1017517).pdf) - SEI 55500.927/212/2014-61 / pg. 90

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.
(Escritório RIBEIRO SOARES ADVOGADOS ASSOCIADOS)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19.406/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, Substituta**, em 09/08/2016, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1270329** e o código CRC **F6A6C227**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29112/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 1270329



Documento original eletrônico.

http://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1526651&infra_sistema=1000...

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

25/01/2017 06:52:41

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1617312.html
Anexo_1617317_NT_E_OF.pdf



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 20:42:45 do dia 29/07/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/01/2020.

Código de controle da certidão: **8171.CABF.49BD.01FE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 93

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
11/12/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
10/03/2020

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Suspenso

LOGRADOURO: AVENIDA EVALDO LODI

NÚMERO: 620

COMPLEMENTO: APT 01 ANDAR 1,

BAIRRO: ESTUDANTIL

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigo=44676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo - documentos (4956386)

SEI 53900.02/212/2014-61 / pg. 94

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/12/2019 a 05/01/2020

Certificação Número: 2019120702564735548002

Informação obtida em 11/12/2019 10:04:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Documento original eletrônico.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?documento=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

ANEXO - documentos (4596386)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 95

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 23/02/2025
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBTSHECK	Complemento:	
Bairro: .	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG
Latitude: -20.02194 (20° 01' 19.0" S)	Longitude: -48.905 (48° 54' 18.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534



Data Último Licenciamento: 10/08/2016

Número da Licença: 000020/2016-MG

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -20.02194 (20° 01' 19.0" S)	Longitude: -48.905 (48° 54' 18.0" W)	Cota da base: 575.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: .66 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Circular	HCI: 50 m	ERP Máximo: 0.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.25	10°: 1.31	20°: 1.24	30°: 1.25	40°: 1.48	50°: 1.81	60°: 2.04	70°: 2.13	80°: 2.13	90°: 2.04	100°: 1.83	110°: 1.53
120°: 1.25	130°: 0.99	140°: 0.75	150°: 0.58	160°: 0.51	170°: 0.51	180°: 0.58	190°: 0.8	200°: 1.1	210°: 1.25	220°: 1.1	230°: 0.8
240°: 0.58	250°: 0.55	260°: 0.6	270°: 0.58	280°: 0.41	290°: 0.17	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0.37	350°: 0.88

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.08 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.br/3/codNuxeo-a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo - Relatório do Canal - Fstrel (4556555)

SLI 99900-027212/2014-61 / pg. 97

53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
----------------------	-------	-----	------	------------	------------	-----------------------------------	---------

Horário de funcionamento





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:52:54 do dia 11/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxee=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

ANEXO - Relatório do Canal Físico (4958599)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.027212/2014-61			
Entidade: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.		CNPJ: 03.842.001/0001-71	
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		Localidade: Frutal	UF: MG
Validade da Outorga: vencida		Períodos: 23.2.2015 a 23.2.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	-

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	0234907 fls.9-19 (1ª AC)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	1702294 fl.10
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1702294 fl.13 (2017)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist (49556412)

SER 53900.027212/2014-61 / pg. 100

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	-
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	4956386 fl.1
			4956386 fl.2
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4956393 fl.4
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	4956386 fl.1 4956386 fl.3
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos. S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	11/12/2019



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 24947/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1, chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 24947 (4936317)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 102

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão (obs.: com exceção da 1ª Alteração Contratual);

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), **atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;**

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **(assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

4.5. prova de inscrição no CNPJ;

4.6. prova de regularidade perante a Fazenda **municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

4.7. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

4.8. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - FM / TV

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 16/12/2019, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4956517** e o código CRC **43FAA5AC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 4956517



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 47747/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 24947/2019/SEI-MCTIC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 4956593), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 16/12/2019, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4956583** e o código CRC **9E710B16**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 4956583



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Ofício 47747 (4956583)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 105

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.



Data de Envio:

18/12/2019 10:06:36

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Requerimento_4956593_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf
Oficio_4956583.html
Nota_Tecnica_4956517.html



Data de Envio:

20/01/2020 09:52:26

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração Contratual

Mensagem:

Processo nº 53900.027212/2014-61

Tendo em vista a 2ª Alteração Contratual (evento SEI nº 5036470, fls.24-30) apresentada pela Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., executante do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.027212/2014-61			
Entidade: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.		CNPJ: 03.842.001/0001-71	
Executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		Localidade: Frutal	UF: MG
Validade da Outorga: vencida		Períodos: 23.2.2015 a 23.2.2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	-	-
*aguarda aprovação da Alteração Contratual		

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	0234907 fls.9-19 (1ª AC) 5036470 fls.2-30 (CS a 2ª AC)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	5036470 fl.36
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	5036470 fls.31-35



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist (5065373)

SER 53900.027212/2014-61 - pg. 171

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1702294 fl.13 (2017) 5036470 fl.38
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	5036470 fl.43
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	4956386 fl.1 5036470 fl.39
			4956386 fl.2 5036470 fl.37
			5036470 fl.41
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4956393 fl.4
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	4956386 fl.1 5036470 fl.39
			4956386 fl.3 5036470 fl.40
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	5036470 fl.42
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Heitor dos. S. C. Pereira CARGO: Analista Técnico-Administrativo	20/01/2020



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 1100/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.027212/2014-61

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 23.2.2015 a 23.2.2025.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 24947/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4956517), concluiu pela expedição do Ofício n.º 47747/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 4956583), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.001309/2020-90, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

3.3. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018](#) - FM / TV

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/01/2020, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5063377** e o código CRC **E6AE0CC2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 5063377



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 1100 (5063377)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 114

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 1770/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 22 de janeiro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, n. 1000, Taquara
22.710-112 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 1100/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/01/2020, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5063444** e o código CRC **040C5F07**.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Data de Envio:

30/01/2020 10:50:36

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radiorelogiofederal02@gmail.com
AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.027212/2014-61

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5063444.html
Nota_Tecnica_5063377.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxgo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Data de Envio:

03/03/2020 16:40:48

De:

MCTIC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração Contratual

Mensagem:

Processo nº 53900.027212/2014-61

Tendo em vista a 2ª Alteração Contratual (evento SEI nº 5216485, fls.32-40) apresentada pela Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., executante do serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO para adoção das providências cabíveis.

Anexos:

Nota_Tecnica_5063377.html





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/05/2000
NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV EVALDO LODI	NÚMERO 620	COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR		TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/12/2022** às **19:52:41** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara-legis-br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo Certidos emitidas (10379899)

SEI 53906.027212/2014-81 / pg. 119

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2022 a 06/01/2023

Certificação Número: 2022120801064906941619

Informação obtida em 19/12/2022 19:54:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/codNumero=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certidão nº: 45908136/2022

Expedição: 19/12/2022, às 19:26:45

Validade: 17/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.842.001/0001-71**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infolegautenticidadeassinatura.camara-leg.br/3codNuxep=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo Certidões emitidas (10379899)

SEI 93966.027212/2014-01 / pg. 121

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.842.001/0001-71 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir) Avaliar (/Servicos/certidaointernet/PJ/Avaliacao? protocolo=20221219.DE096099)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camera-legis-br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo Certidoes emitidas (10379899)

SEI 53906.02/2014-81 / pg. 122

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/12/2022 às 19:53 (data e hora de Brasília).





Canais de Radiodifusão

Todos ▾

Download Canais


1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

11



Ver

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ag

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87538000-027212/2014-61/pg124>

Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especif
FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	03842001000171	RADIO-FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	50012012335	P	2014-61	Comercial	FM	230	MG	Frutal

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87538000-027212/2014-61/pg124

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail:
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBTSCHECK	Complemento:	
Bairro: .	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.08kW
HCI: 50 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 10/08/2016	Número da Licença: 000020/2016-MG
Estação Principal	



22/20/12:51 original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/CodNuxeo=34676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ANEXO ANATEL (103/5861)

SEI53306.0272/2014-017 pg. 125

Localização		
Latitude: 20° 01' 19.00" S	Longitude: 48° 54' 18.00" W	Cota da base: 575.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .100 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1 5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: .66 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 30 °	Polarização: Circular	HCI: 50 m	ERP Máxima: 0.08 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.25	5°: 0	10°: 1.31	15°: 0	20°: 1.24	25°: 0	30°: 1.25	35°: 0	40°: 1.48	45°: 0	50°: 1.81	55°: 0
60°: 2.04	65°: 0	70°: 2.13	75°: 0	80°: 2.13	85°: 0	90°: 2.04	95°: 0	100°: 1.83	105°: 0	110°: 1.53	115°: 0
120°: 1.25	125°: 0	130°: 0.99	135°: 0	140°: 0.75	145°: 0	150°: 0.58	155°: 0	160°: 0.51	165°: 0	170°: 0.51	175°: 0
180°: 0.58	185°: 0	190°: 0.8	195°: 0	200°: 1.1	205°: 0	210°: 1.25	215°: 0	220°: 1.1	225°: 0	230°: 0.8	235°: 0
240°: 0.58	245°: 0	250°: 0.55	255°: 0	260°: 0.6	265°: 0	270°: 0.58	275°: 0	280°: 0.41	285°: 0	290°: 0.17	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.37	345°: 0	350°: 0.88	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.08 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 19/12/2022

Hora: 19:33:01



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 003.821.657-48											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu

Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 19/12/2022

Hora: 19:34:20



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/Nuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ANEXO ANATEL (10575861)

SEI 53396.027212/2014-017 pg. 129

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 464.291.746-20												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal	

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 19/12/2022

Hora: 19:34:54



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deleg.br/DocNuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 719.701.856-00											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANA CLAUDIA BRITO MARCHI	719.701.856-00	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: **19/12/2022** Hora: **19:34:00**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.decom.br/codNuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo ANATEL (10575861)

SLF33300.027212/2014-017 pg. 131

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Dados da consulta | Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **19/12/2022**

Hora: **19:48:03**

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.decom.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG	Município: Frutal		
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO CENTENARIO FM LTDA	Frutal		
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	Frutal	23/02/2005	23/02/2015
RADIO NATIVIDADE FM DE FRUTAL LTDA	Frutal	02/09/1988	02/09/1998
SOCIEDADE RADIO FRUTAL LTDA	Frutal	01/05/1994	

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa** Data: **19/12/2022** Hora: **19:49:13**

Registro **1** até **4** de **4** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.decom.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Anexo ANATEL (10575861)

SLF 33300.027212/2014-01 pg. 133

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**

CNPJ: **03.842.001/0001-71**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:51:43 do dia 19/12/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/Nuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo ANATEL (10575861)

SLE/33300.027212/2014-017 pg. 134

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

19/12/2022 20:13:01

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial- Processo nº: 53900.027212/2014-61

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Ter, 20/12/2022 09:03

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 19 de dezembro de 2022 20:13

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.dafp.br/legis/assinatura/verbo-a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 19314/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADO: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Frutal/MG, referente ao seguinte período: 23/02/2015 a 23/02/2025.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 1100/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 1770/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 5063377 e 5063444). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.009532/2020-85, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 137

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

JUSTIFICATIVA: O requerimento padrão apresentado (SUPER 5216485 - Págs. 2 e 3), não foi datado, portanto, não possui validade para a instrução processual.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. prova de regularidade perante a Fazenda federal, na forma da lei;

3.4. prova de regularidade relativa à seguridade social;

3.5. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Frutal/MG, encontra-se com o status "FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO



6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 21, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 23/01/2023, às 08:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/01/2023, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10579866** e o código CRC **D7C47CA9**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 10579866



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 19914 (10579866)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 139

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 32854/2022/MCOM

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA (CNPJ Nº 03.842.001/0001-71)
Estrada dos Bandeirantes, nº 1000 - Taquara
22.710-112 - Rio de Janeiro/RJ

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.027212/2014-61.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 19314/2022/SUPER-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.

3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo nº 53900.027212/2014-61, condição para que o pleito seja analisado.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/01/2023, às 10:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10579873** e o código CRC **DD87517B**.

Anexos:

- Nota Técnica 19314 (10579866)
- Requerimento Modelo (10579863)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32854/2022/MCOM - Processo nº 53900.027212/2014-61 - Nº SEI: 10579873



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Ofício 32854 (10579873)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 141

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Requerimento Modelo (10373863)

SEF53500.027212/2014-61 / pg. 142

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



Data de Envio:

23/01/2023 14:16:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR
alexandrehenrique.dias@gmail.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10579873.html
Requerimento_10579863_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2023.pdf
Nota_Tecnica_10579866.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNpxco=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

03.842.001/0001-71

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL
LTDA03.842.001/0001-
71AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR, AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR,
alexandrehenrique.dias@gmail.com

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



Documento original eletrônico.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo CADSEI (10648802)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 147

Estações

Voltar

1 total de registros

1 - 50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Pase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	03842001000171	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	50012012335	P	Comercial	FM	230	MG	Frutal		253		98.5	C	Principal	20° 01' 19.90" S	48° 54' 19.01" W	0.0621	76		2	2023-06-29 16:27:18		570bac20ee4c9	

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatriz@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/08/2010 - Original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=Npxeo-sa4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo CONSULTAS ANATEL (11142756)

SEI55500-027212/2014-61 / pg. 149

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57.46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°57'6.43" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°54'58.84" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'42.23" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'31.54" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'31.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA				CNPJ 03842001000171		
Nº DA ESTAÇÃO 323691021		SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		NAT. SERV.	LATITUDE 20° 01' 19.99" S	LONGITUDE 48° 54' 19.01" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Avenida Presidente Juscelino kubtsheck, nº 2699.				DISTRITO		
BAIRRO Progresso				MUNICÍPIO Frutal		UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		23/02/2025	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Frutal	UF:	MG
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	98.5 MHz	CANAL:	253
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	575
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYT534		
NOME FANTASIA:	NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Frutal		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA EUVALDO LODI	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Frutal	UF:	MG
NUMERO:	620	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	MODELO:	TFM 300
CÓDIGO:	012830602337	POTÊNCIA:	.088 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:		MODELO:	
		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:			
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA	MODELO:	MT-FMA 2
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	-0.06 dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	76 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS - Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 02/10/2023 08:51:19



Documento original eletrônico.

Emitido Em
07/06/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NmZWlnbmNhOjoyMDIzNiQ5ZGRiMTY>





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:57:25 do dia 02/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

ANEXO CONSULTAS ANATEL (11142755)

SEI 53500.027212/2014-61 / pg. 153



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » CONSULTAS GERAIS » Consultar Extrato de Lançamentos >

menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA			Nº FISTEL:	50012012335
Serviço:	230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			CNPJ/CPF:	03842001000171
Situação:	Ativa	Data Validade:	23/02/2015	+ CADIN:	Não
Incide FUST:		Data Início Operação Comercial:		Div. Ativa:	Não
Integral	+ UF: MG	Proc. Caducidade:	Não	Tipo Usuário:	
End. Sede:	Avenida Evaldo Lodi 620 - Apartamento 01 - 1º Andar			Bairro:	Estudantil
Município:	Frutal	CEP:	38200-000	UF:	MG
End. Corresp.:	ESTRADA DOS BANDEIRANTES 1000			Bairro:	TAQUARA
Município:	Rio de Janeiro	CEP:	22710-113	UF:	RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	20/09/2004	R\$ 113.675,00	20/09/2004	113.675,00	113.675,00	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
6530	0	2006	23/02/2006	R\$ 113.675,00		0,00	0,00	0002 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
6530	0	2007	06/07/2007	R\$ 113.675,00	06/07/2007	113.675,00	113.675,00	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2009	20/07/2009	R\$ 120,00	22/06/2009	120,00	120,00	0004 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	09/09/2016	R\$ 1.000,00	31/10/2016	1.181,60	1.181,60	0005 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	22/03/2017	330,00	330,00	0006 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	22/03/2017	50,00	50,00	0007 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	01/10/2017	R\$ 200,00	20/10/2017	212,54	212,54	0008 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 -	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	13/03/2018	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00



Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://mrlslegautenticacao-dssinatura.dctim.br/1/cduMpxd0a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ANEXO CONSULTAS ANATEL (11142756)

SIGEC 5000-027212/2014-61 / pg. 154

								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	13/03/2018	50,00	50,00	0010  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	21/03/2019	330,00	330,00	0011  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	20/03/2019	50,00	50,00	0012  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	21/08/2020	330,00	330,00	0015  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	20/08/2020	50,00	50,00	0016  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1330 - TFF-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	03/12/2020	554,15	554,15	0017 (0017)  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4201 - CFRP-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	03/12/2020	83,96	83,96	0018 (0018)  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	11/03/2021	330,00	330,00	0019  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	11/03/2021	50,00	50,00	0020  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	0022  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	28/03/2023	330,00	330,00	0023  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	28/03/2023	50,00	50,00	0024  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/07/2023	R\$ 1.000,00	05/06/2023	1.000,00	1.000,00	0025  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
Total devido em 02/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 02/10/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTE - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

RTO - Efeito Suspensivo Revogado

RJC - Lançamento com Recurso Judicial

Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp



https://mfrslegautenticidadeassinatura.cadira.leg.br/14000px00a467b373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Anexo CONSELHAS ANATEL (11142796)

SIS 55500-0272122014-61 / pg. 155

RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Página: [1] [Ir] [] [Reg] []

 Tela Inicial
  Imprimir
  Exportar Excel



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSmodulo=3761

https://prod.sistemasinterativos.com.br/consultas/4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87 / pg. 157

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

<https://sigec.anatel.gov.br/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSmodulo=3761>

Anexo CONSÓLIDAS ANATEL (11/14/27/95)

SIS 53500-027212/2014-61 / pg. 158

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 08:59:38




Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

1

11/1

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interactivos



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**[menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta


Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
--------------------------	-----

CPF:	003.821.657-48
-------------	----------------

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
RADIO SATELITE	24.069.718/0001-	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu		





Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siaccio/ Novo_Siaccio/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://iniciativa-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/11142798/SEI53500.027212/2014-61 / pg. 161

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 464.291.746-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA


Data: 02/10/2023

Hora: 09:00:55

Documento original eletrônico.
as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
Anexo CONSELHAS ANATEL (11142796) SLP33500.027212/2014-61 / pg. 163

1/1

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.465.507-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA

Data: 02/10/2023

Hora: 09:25:25



Documento original eletrônico.


as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

11142756

52133500.027212/2014-61 / pg. 165

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

1/1



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.842.001/0001-71											
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal



Agência Nacional
de Telecomunicações

**BOM DIA
SABRINA MOURA DE LIMA**

Sistemas Interactivos



 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**[menu](#) [ajuda](#)

 Dados da consulta



Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
--------------------------	-----

CPF

CPF:	003.821.657-48
-------------	----------------

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
RADIO SATELITE	24.069.718/0001-	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu		





Documento original eletrônico.

as.anatel.gov.br/siaccio/ Novo_Siaccio/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

<https://infoleg.justicialia.gub.uy/assmatutad.cajalaa.leg.br/?codNuxed=a->

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 167

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 464.291.746-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 07611415107 - SABRINA MOURA DE LIMA


Data: 02/10/2023

Hora: 09:25:53

Documento original eletrônico.
as.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
Anexo CONSELHAS ANATEL (11142796) SLP33500.027212/2014-61 / pg. 169

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

1/1



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

SABRINA MOURA DE LIMA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.465.507-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/05/2000	
NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO AV EVALDO LODI		NÚMERO 620	COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;		
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL		MUNICÍPIO FRUTAL		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR			TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **02/10/2023** às **09:04:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/10/2023 às 09:05 (data e hora de Brasília).

VOLTAR

IMPRIMIR



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.842.001/0001-71
Razão Social: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
Endereço: RUA RAUL SOARES 324 / CENTRO / FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/09/2023 a 18/10/2023

Certificação Número: 2023091909432614869267

Informação obtida em 02/10/2023 09:06:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Documento original eletrônico.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://www.ans.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

ANEXO CONSULTA CERTIDÕES (11142627) SEI 95500.027212/2014-61 / pg. 173

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CNPJ: 03.842.001/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:06:24 do dia 02/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/03/2024.

Código de controle da certidão: **70E8.DA3C.2C8D.4E81**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

ANEXO CONSULTA CERTIDÕES (11142827)

SEI 93500.027212/2014-61 / pg. 174

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/10/2023CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
31/12/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 271082302.00-39

CNPJ/CPF: 03.842.001/0001-71

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AV EVALDO LODI

NÚMERO: 620

COMPLEMENTO: APT 01 ANDAR 1,

BAIRRO: ESTUDANTIL

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000692314150





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certidão nº: 53058473/2023

Expedição: 02/10/2023, às 09:15:21

Validade: 30/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.842.001/0001-71**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

ANEXO CONSULTA CERTIDÕES (11/14/2027)

SEI 95500.027212/2014-61 / pg. 176

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Data de Envio:

02/10/2023 09:18:12

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial- Processo nº: 53900.027212/2014-61

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 02/10/2023 09:31

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de outubro de 2023 09:18

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio FM de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.842.0001/0001-71), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Frutal/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAD31SCGCRSW...

https://infoleg-autenticidade-assinatura.dafp.br/2codMuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87/SLT53900.027212/2014-61/pg.178

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

CNPJ/MF: 18.449.132/0001-60 Site: <http://www.frutal.mg.gov.br>

CERTIDÃO NEGATIVA

Identificação do Contribuinte:

RAZÃO SOCIAL: RADIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Endereço: , 324 Frutal MG

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos até a presente data, NÃO FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressaltando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Emitida em: 05/03/2024 15:06:18

Válida até o dia: 04/04/2024

Código de controle da certidão: B53EB48B25068D18E27F

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Frutal



Documento original eletrônico.

<http://www.frutal.mg.gov.br/portalcidadao/#78c3e513dd43cb27d8a3e2f376196fc656d7ea577b2c6fbce63ec3d411352ea1bee7b388054dd25ac6ec...>

http://Anexo-Certidao-Municipal-e-CEIS (11405722) 03/2024 - SEI 99900.027212/2014-61 / pg. 179

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA**

CPF/CNPJ: **03.842.001/0001-71**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:07:04 do dia 05/03/2024 , com validade até o dia 04/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 72t8c0yp6lJLYiuiMY11

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



50

Status

FM-C4 (Ca



Filtrar

Documento original eletrônico.

CNPJ

Entidade

NumFistel

Carater

Finalidade

Serviço

Num Serviço

UF

Município

Local Especifico

Canal

Dec

Frequência

Classe

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87
03842001000171 RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA 50012012335

EXO ANATEL (118126)

Comercial FM 53900

230 027212/2014

MG 61 / pg 181

Frutal

253

98.5

C

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatrix@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/14/03:08 original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=34576373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ANEXO ANATEL (11/03/20)

SEI53300-0272/2014-017 pg. 182

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57'46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°56'51.71" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°54'58.84" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'42.23" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'31.54" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'31.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							





NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA				CNPJ 03842001000171
Nº DA ESTAÇÃO 323691021	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 01' 19.99" S	LONGITUDE 48° 54' 19.01" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2699.	DISTRITO	
BAIRRO Progresso	MUNICÍPIO Frutal	UF MG

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 23/02/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 98.5 MHz CANAL: 253

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 575

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYT534

NOME FANTASIA: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Frutal

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: AVENIDA EUVALDO LODI BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Frutal UF: MG

NÚMERO: 620 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NÚMERO: - COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Superior Tecnologia em MODELO: TFM 300

CÓDIGO: Radiodifusão Ltda POTÊNCIA: .088 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 012830602337

CÓDIGO: MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: MECTRONICA MECANICA E MODELO: MT-FMA 2

POLARIZAÇÃO: ELETRONICA

DESCRIÇÃO: Circular GANHO: -0.06 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 76 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: BEAM TILT: .00 graus

POLARIZAÇÃO: MODELO:

DESCRIÇÃO: GANHO: dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 05/03/2024 14:48:35




Documento original eletrônico.

Emitido Em
07/06/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxtQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUxZDZjNDhk><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/validar/11465425-2-4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>


a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.842.001/0001-71									
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 14:58:39

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI
Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		003.821.657-48									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ	003.821.657-48	RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Diretor (SOCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Frutal
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Nacional	MG	Vespasiano
		RADIO METROPOLITANA DE VESPASIANO LTDA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Vespasiano
		RADIO MUSICAL DE CANTAGALO LTDA	27.642.529/0001-65	Sócio	100	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Cantagalo
		RADIO REGIONAL DE CONQUISTA LTDA	16.195.224/0001-36	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Vitória da Conquista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA DE COMUNICACOES PATROCINIO PAULISTA LTDA	01.783.035/0001-07	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Patrocínio Paulista
		FAROL RADIODIFUSAO LTDA	02.423.695/0001-40	Sócio	60000	0,00%	0,00%	TV	--	RS	Rio Grande
		RADIO SATELITE LTDA	24.069.718/0001-00	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	PE	Igarassu
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal
		RADIO METROPOLITANA	23.372.147/0001-08	Sócio	50000	0,00%	0,00%	OM	Nacional	MG	Vespasiano




a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		DE VESPASIANO LTDA									

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 05/03/2024 Hora: 14:58:48




a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		464.291.746-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES	464.291.746-20	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 15:01:10

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Menu Principal

BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.465.507-31											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ZELINO JOSE FRANCISCO	011.465.507-31	REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	GTVD	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	TV	--	MS	Campo Grande
		REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA	03.224.045/0001-38	Sócio	12967	0,00%	0,00%	FM	--	MS	Campo Grande
		RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	03.842.001/0001-71	Sócio	5000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Frutal

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 05/03/2024

Hora: 15:01:17



BOA TARDE

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.842.001/0001-71

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 05/03/2024 Hora: 15:01:44



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

CNPJ: 03.842.001/0001-71

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:01:57 do dia 05/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Arquivo ANATEL (11403726) - SLP03300.027212/2014-617 pg. 192

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

ANEXO ANATEL (11/03/2024) - SEI 53300.027212/2014-617 pg. 193

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 05/03/2024 15:02:26

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Situação: Ativa

Incide FUST: Integral

End. Sede: Avenida Evaldo Lodi 620 - Apartamento 01 - 1º Andar

Município: Frutal

End. Corresp.: ESTRADA DOS BANDEIRANTES 1000

Município: Rio de Janeiro

Nº FISTEL: 50012012335

CNPJ/CPF: 03842001000171

+

 CADIN: Não

Data Validade: 23/02/2015

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Tipo Usuário:

Bairro: Estudantil

UF: MG

Bairro: TAQUARA

UF: RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	20/09/2004	R\$ 113.675,00	20/09/2004	113.675,00	113.675,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2006	23/02/2006	R\$ 113.675,00		0,00	0,00	0002	Cancelado	0,00
6530	0	2007	06/07/2007	R\$ 113.675,00	06/07/2007	113.675,00	113.675,00	0003	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2009	20/07/2009	R\$ 120,00	22/06/2009	120,00	120,00	0004	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2016	09/09/2016	R\$ 1.000,00	31/10/2016	1.181,60	1.181,60	0005	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	22/03/2017	330,00	330,00	0006	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	22/03/2017	50,00	50,00	0007	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	01/10/2017	R\$ 200,00	20/10/2017	212,54	212,54	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	13/03/2018	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	13/03/2018	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	21/03/2019	330,00	330,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	20/03/2019	50,00	50,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	21/08/2020	330,00	330,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	20/08/2020	50,00	50,00	0016	Quitado	0,00
1330 - TFF-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	03/12/2020	554,15	554,15	0017	Quitado	0,00
4201 - CFRP-ENL	0	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	03/12/2020	83,96	83,96	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	11/03/2021	330,00	330,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	11/03/2021	50,00	50,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	28/03/2023	330,00	330,00	0023	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	28/03/2023	50,00	50,00	0024	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/07/2023	R\$ 1.000,00	05/06/2023	1.000,00	1.000,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 330,00		0,00	0,00	0026	Deb.a Vencer	330,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 50,00		0,00	0,00	0027	Deb.a Vencer	50,00

Total devido em 05/03/2024 (em reais):

380,00

Total de créditos em 05/03/2024 (em reais):

0,00

Campo Situação

Documento original eletrônico.

is.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

ANEXO ANATEL (11463726)

SEP03300-027212/2014-017 pg. 194

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Documento original eletrônico.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

Anexo ANATEL (11463/26) - SEI 03390.027212/2014-01 / pg. 195

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://inoteg-autenticacao-assinatura.cam.ac.uk/2004/nuxeo-34676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

ANEXO ANATEL (11/03/20)

SEL53300-027212/2014-01-17 pg. 197

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO FM
DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
LOCALIDADE DE FRUTAL, ESTADO DE
MINAS GERAIS.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e a RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., CNPJ n.º 03.842.001/0001-71, representada por seu Procurador, Genevaldo de Freitas Filho, RG n.º 6.823.345 SSP/MG, CPF/MF n.º 953.406.706-78, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 675, de 08 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

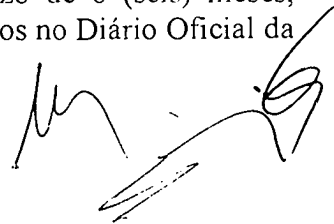
Cláusula 1ª. Fica assegurado à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 014/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

[Assinatura]



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;

[assinatura]





- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 113.675,00 (cento e treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

[assinatura]



Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.


Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6-(seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 667, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 815, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Filantrópica de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 668, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 26 de março de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 669, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CLARET para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Claret para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 670, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO COMUNICATIVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 436, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Comunicativa FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 671, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 672, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à CAM-ARGO FUNDAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tatui, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 561, de 18 de setembro de 2001, que outorga permissão à Cam-Argo Fundação de Rádio e Televisão, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tatui, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 673, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 674, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à ACROPOLE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 675, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 676, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 340, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 677, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA & VIEIRA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 373, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Oliveira & Vieira Radiodifusão e Produção Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

03.542.001/0001-71

Rua Rui Scaim, 321 - 3º andar -

Frutal/MG - CEP: 38.200-000



PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	251 03 02
Página:	72 Sec: 1
ANOTADO POR:	Rose

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 365 , DE 19 DE MARÇO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000619/2000, Concorrência nº 014/2000-SSR/MC, resolve:

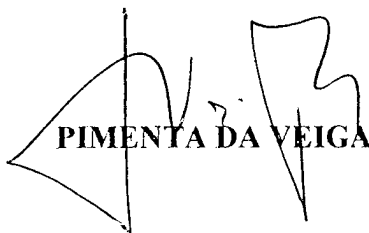
Art. 1º Outorgar permissão à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.842.001/0001-71 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 30/05/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NOSSA RADIO FRUTAL</div>		<div>PORTE ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV EVALDO LODI</div>	<div>NÚMERO 620</div>	<div>COMPLEMENTO APT: 01; ANDAR: 1;;</div>
<div>CEP 38.200-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO ESTUDANTIL</div>	<div>MUNICÍPIO FRUTAL</div>
<div>UF MG</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO AROCONTALMATRIZ@TERRA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (21) 2141-3502/ (21) 2141-3501</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/03/2024 às 15:54:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:
RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/03/2024 às 15:54 (data e hora de Brasília).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara-legisl/PcodNuxco-7a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNux=ca4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo 4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11406052)

SEI 55908.027212/2014-61 / pg. 209

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
- Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a

não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo 4 - parecer referencial 00010/2023 (11406652)

SEI 53908-02/212/2014-61 / pg. 212

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo 4 - parecer Referencial 00010/2023 (11406652)

SEI 55908-02/212/2014-61 / pg. 213

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR).



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo 4 - arceer Referencial 00010/2023 (11406652)

SEI 53908-02/212/2014-61 / pg. 218

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>
Anexo 4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11406652) - SEI 53508-027212/2014-61 / pg. 219



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Anexo4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11406652)

SEI 55908.027212/2014-61 / pg. 221

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53900.027212/2014-61

Entidade: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

CNPJ nº: 03.842.001/0001-71

FISTEL nº: 50012012335

Localidade: Frutal/MG

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 06/11/2014

Período: 23/02/2015 a 23/02/2025

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	0234907 Pág. 1	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	- Comprovação da legitimidade, conforme SIACCO 0244574 - Pág. 5 e 1º AC (5036470 - Págs. 11-21).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist 11405127 SEI 53900.027212/2014-61 pg. 222

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11405726 Págs. 6-11</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Pág. 4</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10744003 Pág. 7</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11405940 Pág. 9	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11142827 Pág. 4 E 11142827 Pág. 5 M 11405722 Pág. 1	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11405726 Pág. 12	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11142827 Pág. 4 FGTS 11142827 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11142827 Pág. 6	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>ZELINO JOSÉ FRANCISCO 10744003 pág. 12</p> <p>JOSIAS GONÇALVES DA CRUZ 10744003 pág. 13</p> <p>LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES 10744003 pág. 14</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11405726 Pág. 5</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11405726 Págs. 14-17</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11143109	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11405722 Pág. 2	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist 11405727

SEI 55566.02/2014-81 / pg. 228

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <p>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405727** e o código CRC **795F1AA3**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 11405727



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Checklist 11405727 SEI 53900.027212/2014-61 pg. 230

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.842.001/0001-71**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50012012335**, referente ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/Nuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 3928 (11405549)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 231

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2002 e Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de outubro de 2003 (SEI 11405940 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de fevereiro de 2005 (SEI 11405940 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0234907 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 23 de agosto de 2014 a 23 de novembro de 2014.



diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11405727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11405727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Págs. 6-11).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Josias Gonçalves da Cruz compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Vespasiano/MG, Cantagalo/RJ, Vitória da Conquista/BA, Patrocínio Paulista/SP, e Igarassu/PE; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Rio Grande/RS. Já o sócio Zelino José Francisco participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Grande/MS; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande/MS. Por fim, tem-se que o sócio Luiz Antônio Zanto Campos Borges não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadecanara-leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 5926 (11405949)

SEI 33906.027/212/2014-01 pg. 233

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11405726 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11143109).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11405727).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11142827 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 5926 (11405749)

SEI 33906.027212/2014-01 pg. 234

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de junho de 2023, com validade até 23 de fevereiro de 2025 (SEI 11405726 - Págs. 1 e 5).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11405726 - Págs. 14-17). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11406052).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405949** e o código CRC **6F85D7AD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11406065)
- Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11405949



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 0926 (11405949)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 237

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Minuta de Portaria (11400069)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 238

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11406065** e o código CRC **970B16F4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11406065



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87 pg. 239

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=Nuxeo-ca4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Minuta de Exposição de Motivos (11400007)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 240

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11406067** e o código CRC **E593DBB9**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11406067



Documento original eletrônico.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 241

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12501, DE 11 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415684** e o código CRC **4C5E2E37**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415684



Documento original eletrônico.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNexo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Portaria 12501-Renovação FM (11415684)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 242

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 11 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12501, de 11 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415689** e o código CRC **8BCBEE24**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415689



Documento original eletrônico.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> / pg. 243

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48046/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12501/2024(11415684) e a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 3928/2024 (11405949), encaminho a Portaria nº 12501/2024(11415684) e a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415696** e o código CRC **243FEAC9**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11415696



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 244

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 16:14:19
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10247064
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21505503	PORTARIA MCOM NA 12501.rtf	61faf38086a213429657b77d8fc3bcb3	8,00	R\$ 311,36
21505504	PORTARIA MCOM NA 12500.rtf	42840461439d178ae461d38ed176652a	8,00	R\$ 311,36
21505505	PORTARIA MCOM NA 12502.rtf	2dd4179b02a725ed2476e813a40a60f9	8,00	R\$ 311,36
21505506	PORTARIA MCOM NA 12503.rtf	f17efd4988397586c116038b70b786e6	8,00	R\$ 311,36
21505567	PORTARIA MCOM NA 12556.rtf	8b7a1ae6d73237f174632b7b725eed1d	8,00	R\$ 311,36
21505568	PORTARIA MCOM NA 12246.rtf	269364cbd11df4dbed4c8b2af2c62364	24,00	R\$ 934,08
21505569	PORTARIA MCOM NA 12247.rtf	89bfe8b810ad48c76bb29d9f76666eab	26,00	R\$ 1.011,92
21505570	PORTARIA N. 12498.rtf	c6b669e80d2a471ba79298fdd5aa7b7e	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			98,00	R\$ 3.814,16

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.501, DE 11 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac20ee4c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA	
Nome Fantasia: NOSSA RÁDIO DE FRUTAL	
Telefone: (21) 21413502	E-mail: arocontalmatrix@terra.com.br
CNPJ: 03.842.001/0001-71	Número do Fistel: 50012012335
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 23/02/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 23/02/2025	
Observações: SSR230/88;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Evaldo Lodi	Complemento: Apartamento 01 - 1º Andar	
Bairro: Estudantil	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço Correspondência		
Logradouro: ESTRADA DOS BANDEIRANTES	Complemento:	
Bairro: TAQUARA	Numero: 1000	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 22710113

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek	Complemento:	
Bairro: Progresso	Numero: 2699	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA EUVALDO LODI	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 620	
Município: Frutal	UF: MG	CEP: 38200000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Frutal	UF: MG

Parâmetros Técnicos			
Canal: 253	Frequência: 98.5 MHz	Classe: C	ERP Máxima: 0.0621kW
HCI: 76 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/05/2025 Original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfNuxeo/ra4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87-61/pg.247>

Relatório Mosaico - Frutal_MG (11451140)

SEI 55900-02/212/2014-61 / pg. 247

Informações Gerais	
Número da Estação: 323691021	Número Indicativo: ZYT534
Data Último Licenciamento: 07/06/2023	Número da Licença: 53500.041849/2023-63

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 01' 19.99" S	Longitude: 48° 54' 19.01" W	Cota da base: 575 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 300
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: .088 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 83.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MT-FMA 2	Fabricante: MECTRONICA MECANICA E ELETRONICA				
Ganho: -0.06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 76 m	ERP Máxima: 0.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.43	5°: 1.48	10°: 1.53	15°: 1.58	20°: 1.69	25°: 1.81	30°: 1.81	35°: 1.81	40°: 1.81	45°: 1.81	50°: 1.81	55°: 1.68
60°: 1.61	65°: 1.46	70°: 1.4	75°: 1.38	80°: 1.34	85°: 1.27	90°: 1.19	95°: 1.1	100°: 1.01	105°: 0.9	110°: 0.81	115°: 0.81
120°: 0.62	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.55	155°: 0.59	160°: 0.6	165°: 0.65	170°: 0.72	175°: 0.82
180°: 0.8	185°: 0.8	190°: 0.8	195°: 0.8	200°: 0.8	205°: 0.76	210°: 0.69	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.43	230°: 0.35	235°: 0.28
240°: 0.17	245°: 0.12	250°: 0.11	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0.14	295°: 0.18
300°: 0.26	305°: 0.35	310°: 0.52	315°: 0.68	320°: 0.73	325°: 0.86	330°: 0.98	335°: 1.03	340°: 1.1	345°: 1.25	350°: 1.27	355°: 1.34

Coordenadas por radial											
0°: Lat 19°58'55.34" S Lon 48°54'19.01" W	5°: Lat 19°58'55.89" S Lon 48°54'5.59" W	10°: Lat 19°58'57.54" S Lon 48°53'52.28" W	15°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°53'39.17" W	20°: Lat 19°59'4.07" S Lon 48°53'26.37" W	25°: Lat 19°59'8.89" S Lon 48°53'13.96" W	30°: Lat 19°59'10.61" S Lon 48°52'59.53" W	35°: Lat 19°59'13.73" S Lon 48°52'44.94" W	40°: Lat 19°59'21.91" S Lon 48°52'33.58" W	45°: Lat 19°59'27.64" S Lon 48°52'19.46" W	50°: Lat 19°59'31.76" S Lon 48°52'1.77" W	55°: Lat 19°59'46.13" S Lon 48°51'56.38" W
60°: Lat 19°59'58.17" S Lon 48°51'48.22" W	65°: Lat 20°0'8.82" S Lon 48°51'36.63" W	70°: Lat 20°0'19.14" S Lon 48°51'21.16" W	75°: Lat 20°0'35.16" S Lon 48°51'21.06" W	80°: Lat 20°0'49.08" S Lon 48°51'12.61" W	85°: Lat 20°1'5.29" S Lon 48°51'20.51" W	90°: Lat 20°1'19.97" S Lon 48°51'14.77" W	95°: Lat 20°1'35.05" S Lon 48°51'15.47" W	100°: Lat 20°1'50.03" S Lon 48°51'17.56" W	105°: Lat 20°2'6" S Lon 48°51'16.16" W	110°: Lat 20°2'20.79" S Lon 48°51'21.12" W	115°: Lat 20°2'35.13" S Lon 48°51'27.44" W
120°: Lat 20°2'56" S Lon 48°51'21.94" W	125°: Lat 20°3'10.14" S Lon 48°51'31.52" W	130°: Lat 20°3'26.48" S Lon 48°51'38.51" W	135°: Lat 20°3'42.5" S Lon 48°51'47.28" W	140°: Lat 20°4'1.64" S Lon 48°51'54.59" W	145°: Lat 20°4'12.85" S Lon 48°52'10.13" W	150°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°52'24.14" W	155°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°52'44.05" W	160°: Lat 20°4'33.84" S Lon 48°53'3.88" W	165°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°53'23.47" W	170°: Lat 20°4'29.14" S Lon 48°53'43.5" W	175°: Lat 20°4'26.61" S Lon 48°54'1.62" W
180°: Lat 20°4'27.32" S Lon 48°54'19.01" W	185°: Lat 20°4'36.06" S Lon 48°54'37.27" W	190°: Lat 20°4'33.82" S Lon 48°54'55.4" W	195°: Lat 20°4'34.68" S Lon 48°55'14.55" W	200°: Lat 20°4'29.39" S Lon 48°55'32.4" W	205°: Lat 20°4'31.25" S Lon 48°55'53.97" W	210°: Lat 20°4'26.86" S Lon 48°56'13.88" W	215°: Lat 20°4'28.39" S Lon 48°56'39.47" W	220°: Lat 20°4'23.44" S Lon 48°57'2.91" W	225°: Lat 20°4'5.96" S Lon 48°57'15.74" W	230°: Lat 20°3'47.82" S Lon 48°57'26.59" W	235°: Lat 20°3'26.45" S Lon 48°57'31.32" W
240°: Lat 20°3'12.59" S Lon 48°57'46.69" W	245°: Lat 20°2'55.16" S Lon 48°57'56.34" W	250°: Lat 20°2'37" S Lon 48°58'58'4.34" W	255°: Lat 20°2'17.03" S Lon 48°58'58'5.75" W	260°: Lat 20°1'57.42" S Lon 48°58'58'5.2" W	265°: Lat 20°1'38.34" S Lon 48°58'58'2.78" W	270°: Lat 20°1'19.96" S Lon 48°57'58.58" W	275°: Lat 20°1'1.97" S Lon 48°57'57.74" W	280°: Lat 20°0'43.31" S Lon 48°58'58'0.2" W	285°: Lat 20°0'27.79" S Lon 48°58'57'46.2" W	290°: Lat 20°0'12.65" S Lon 48°57'35.83" W	295°: Lat 19°59'56.79" S Lon 48°57'28.83" W
300°: Lat 19°59'41.56" S Lon 48°57'20.39" W	305°: Lat 19°59'29.8" S Lon 48°57'6.43" W	310°: Lat 19°59'19.56" S Lon 48°56'51.71" W	315°: Lat 19°59'10.87" S Lon 48°56'36.39" W	320°: Lat 19°59'0.11" S Lon 48°56'23.89" W	325°: Lat 19°58'50.42" S Lon 48°56'10.44" W	330°: Lat 19°58'50.07" S Lon 48°55'51.1" W	335°: Lat 19°58'51.7" S Lon 48°55'32.58" W	340°: Lat 19°58'55.15" S Lon 48°54'58.84" W	345°: Lat 19°59'0.27" S Lon 48°54'42.23" W	350°: Lat 19°59'16.22" S Lon 48°54'31.54" W	355°: Lat 19°59'5.34" S Lon 48°54'15.54" W

Distância por radial											
0°: 4.47	5°: 4.47	10°: 4.47	15°: 4.47	20°: 4.47	25°: 4.47	30°: 4.61	35°: 4.76	40°: 4.76	45°: 4.91	50°: 5.2	55°: 5.05



60°: 5.05	65°: 5.2	70°: 5.49	75°: 5.35	80°: 5.49	85°: 5.2	90°: 5.35	95°: 5.35	100°: 5.35	105°: 5.49	110°: 5.49	115°: 5.49
120°: 5.93	125°: 5.93	130°: 6.08	135°: 6.23	140°: 6.52	145°: 6.52	150°: 6.67	155°: 6.52	160°: 6.37	165°: 6.23	170°: 5.93	175°: 5.79
180°: 5.79	185°: 6.08	190°: 6.08	195°: 6.23	200°: 6.23	205°: 6.52	210°: 6.67	215°: 7.1	220°: 7.4	225°: 7.25	230°: 7.1	235°: 6.81
240°: 6.96	245°: 6.96	250°: 6.96	255°: 6.81	260°: 6.67	265°: 6.52	270°: 6.37	275°: 6.37	280°: 6.52	285°: 6.23	290°: 6.08	295°: 6.08
300°: 6.08	305°: 5.93	310°: 5.79	315°: 5.64	320°: 5.64	325°: 5.64	330°: 5.35	335°: 5.05	340°: 4.76	345°: 4.47	350°: 3.88	355°: 4.17

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 0.06 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	365	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	229	Portaria	MC	07/05/2009	18/05/2009	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	675	Decreto Legislativo	CN	08/10/2003	09/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	121	Despacho	MC	22/07/2008		Advertência	Jurídico
9999	3096	Ato	CMPRL	09/06/2009	10/06/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.065000/2017-37	10415	Ato	ORLE	18/07/2017	21/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.027212/2014-61	12501	Portaria	MC	11/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48937/2024/MCOM

Brasília, 03 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11415689)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 3928/2024 (11405949), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 182/2024 (11415689), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/04/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11454617** e o código CRC **015725A4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11454617



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 250

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12501, de 11 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=24676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Exposição de Motivos MCOM 277/2024 (11458565)

SEI 53900.027212/2014-61 / pg. 251

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11745/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.027212/2014-61.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/04/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456570** e o código CRC **069546C4**.

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11456570



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Ofício 11745 (11456570)

SEI 53900:027212/2014-61 / pg. 252

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Brasília, 4 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.928/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12501, de 11 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), nos termos da Portaria nº 365, datada em 19 de março de 2002, publicada em 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado em 9 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.027212/2014-61

INTERESSADA: RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.842.001/0001-71**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50012012335**, referente ao período de 23 de fevereiro de 2015 a 23 de fevereiro de 2025.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 1

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 365, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2002 e Decreto Legislativo nº 675, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de outubro de 2003 (SEI 11405940 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de fevereiro de 2005 (SEI 11405940 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **6 de novembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0234907 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 23 de agosto de 2014 a 23 de novembro de 2014.



A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou
Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 2

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11405727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11405727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Págs. 6-11).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Josias Gonçalves da Cruz compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Vespasiano/MG, Cantagalo/RJ, Vitória da Conquista/BA, Patrocínio Paulista/SP, e Igarassu/PE; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Rio Grande/RS. Já o sócio Zelino José Francisco participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Campo Grande/MS; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campo Grande/MS. Por fim, tem-se que o sócio Luiz Antônio Zanto Campos Borges não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87> pg. 3

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11405726 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11143109).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11405727).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11142827 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT



GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de junho de 2023, com validade até 23 de fevereiro de 2025 (SEI 11405726 - Págs. 1 e 5).

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 5 de março de 2024 (SEI 11405726 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11405726 - Págs. 14-17). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Frutal/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11406052).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.





Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 07/03/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 07/03/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 07/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/03/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11405949** e o código CRC **6F85D7AD**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11406065)
- Minuta de Exposição de Motivos (11406067)

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

Documento nº 11405949



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

Nota Técnica 5928 (11405949)

SEI 53900.027212/2014-61 pg. 7

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.501, DE 11 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.027212/2014-61, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-71, número de inscrição no FISTEL nº 50012012335, a partir de 23 de fevereiro de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.







1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.	



maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º, do



2º, do documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{III}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos cursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Prova de regularidade relativa à seguridade social
Documento original eletrônico.
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=11uxeo-a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do *PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19)*, manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 12 de abril de 2024

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada à RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA. (CNPJ nº 03.842.001/0001-71), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

1. Encaminho a EXM 277 2024 MCOM, para análise e providências.

PAULO ROGÉRIO M. MESQUITA
CODOC/SA/PR



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério Magalhães Mesquita, Supervisor(a)**, em 12/04/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5109175** e o código CRC **AB3AF6B0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SUPER nº 5109175

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos 277 MCOM (5109166).

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmites do Processo:

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PF – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 15/04/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5111994** e o código CRC **A667474B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SUPER nº 5111994



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.027212/2014-61

Nota SAJ - Radiodifusão nº 615 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.027212/2014-61

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 53900.027212/2014-61, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA**, CNPJ nº 03.842.001/0001-71, na localidade de **Frutal/MG**.
2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
3. Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

4. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, segundo a **NOTA TÉCNICA Nº 3928/2024/SEI-MCOM** (09167) e



Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU5 (09171). Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das
Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 12.501, de 11 de março de 2024**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.027212/2014-61, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Secretário Adjunto de Infraestrutura - Substituto

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Victor Castro Fernandes de Sousa, Assessor**, em 09/08/2024, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 09/08/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 13/08/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5813446** e o código CRC **0817DE6F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 593/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.027212/2014-61.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00277/2024 MCOM, de 4 de abril de 2024, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Frutal (MG).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00277/2024 MCOM (5107261), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.027212/2014-61, acompanhado da [Portaria MCOM nº 12.501, de 11 de março de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 2015, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO FM DE COMUNICAÇÃO FRUTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.842.001/0001-74, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5107248), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 3928/2024/SEI-MCOM, de 08/03/2024 (5109167), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 22, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 07/03/2024 (5107249), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.842.001/0001-71
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM DE COMUNICACAO FRUTAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSIAS GONCALVES DA CRUZ
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO ZANTO CAMPOS BORGES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ZELINO JOSE FRANCISCO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/07/2024 às 10:25 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 27/09/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/09/2024, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 27/09/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5883473** e o código CRC **2D807894** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 5883473

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

MENSAGEM Nº 1.225

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.501, de 11 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 3 de outubro de 2024.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>



a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6136649) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 04/10/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6136733** e o código CRC **22E56D46** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 6136733

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.501, de 11 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.225, de 3 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 12.501, de 11 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/10/2024, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 04/10/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138424** e o código CRC **36F151FF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.027212/2014-61.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.027212/2014-61, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 04/10/2024, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138725** e o código CRC **2ADC5601** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1353/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.501, de 11 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 23 de fevereiro de 2015, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/10/2024, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138893** e o código CRC **95720567** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.027212/2014-61

SEI nº 6138893

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87>

a4676373-2b3b-49e7-b040-84e2c3ab9e87